



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**ANA LUÍSA WOHLHAUPTER MOURA MASCARENHAS DOS
SANTOS**

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E MATERIALIZAÇÃO: UMA
ANÁLISE DOS PAPEIS DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE
SOB A ÓTICA DA TEORIA *QUEER* BUTLERIANA**

PALMAS - TO

2024

ANA LUÍSA WOHLHAUPTER MOURA MASCARENHAS DOS SANTOS

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E MATERIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS
PAPEIS DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE SOB A ÓTICA DA TEORIA
QUEER BUTLERIANA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, válida como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Filosofia, elaborada sob orientação do Professor Dr. Judikael Castelo Branco.

Palmas, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237p Santos, Ana Luísa Wohlhaupter Moura Mascarenhas Dos.
Processos de Subjetivação e Materialização: uma análise dos papéis de gênero na contemporaneidade sob a ótica da teoria queer butleriana. / Ana Luísa Wohlhaupter Moura Mascarenhas Dos Santos. – Palmas, TO, 2024.
67 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Filosofia, 2024.

Orientador: Oneide Perius

Coorientador: Judikael Castelo Branco

1. Gênero. 2. Feminismo. 3. Filosofia. 4. Judith Butler. I. Título

CDD 100

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Curso de Licenciatura em Filosofia

Ana Luísa Wohlhaupter Moura Mascarenhas dos Santos

***PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E MATERIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS
PAPÉIS DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE SOB A ÓTICA DA TEORIA
QUEER BUTLERIANA***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Tocantins como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciada.

Data da aprovação: 02 de Dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ONEIDE PERIUS**
Data: 02/12/2024 10:16:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Oneide Perius
Orientador e Presidente da Banca

Documento assinado digitalmente
 **RAQUEL CASTILHO SOUZA**
Data: 02/12/2024 10:25:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Raquel Castilho Souza
Membra examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO ANTONIO PENEDO DO AMARAL**
Data: 02/12/2024 12:05:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Roberto Antônio Penedo do Amaral
Membro examinador

Palmas – TO
2024

*Dedico este trabalho àquelas que
foram, àquelas que são e àquelas
que serão. E em memória de
Henrique Rogério Pereira Ribeiro
de Oliveira.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por ter sustentado a fonte divina que há em mim.

Agradeço aos meus guias e ancestrais espirituais, por terem conservado o meu corpo, a minha alma, a minha mente e o meu espírito em vida.

Agradeço aos meus familiares, pela rede de apoio ao longo dessa jornada, sem vocês eu não teria conseguido.

Agradeço às minhas Avós, Josirée Mascarenhas pelo português impecável e admirável e pelos presentes e Ruth Wohlhaupter pelas noites viradas que passamos juntas e pelas roupas costuradas, agradeço também pelas orações de bênçãos e de proteção que fizeram e fazem por mim diariamente.

Agradeço à minha Mãe Maristela Moura, pelas escutas e palavras amorosas que me trouxeram paz.

Agradeço ao meu Pai Éden Evangelista, pelas infinitas histórias contadas para a minha inspiração.

Agradeço especialmente ao meu Irmão João Vítor Wohlhaupter, por ter estado ao meu lado todos os dias nessa jornada, pelo apoio e pelas conversas filosóficas inspiradoras que temos desde criança.

Agradeço às minhas irmãs, Ruth Ester e Yasmin Fioravante, pela criatividade e curiosidade que despertaram em mim.

Agradeço aos professores, mestres e doutores da universidade, pelos aprendizados e ensinamentos que me fizeram um ser humano mais sábio e mais feliz.

Agradeço ao meu orientador, Doutor Professor Judikael Castelo Branco, pela orientação paciente, generosa e tranquila.

Agradeço às amigas, que alegraram e trouxeram alívio e leveza ao longo dos anos de graduação.

Agradeço às instituições públicas, financiadoras dos programas e projetos universitários, os quais tive a oportunidade de participar como estudante e pesquisadora.

Agradeço ao Presidente Lula, pelo incentivo aos cursos de licenciatura e de formação de professores.

RESUMO

A relação entre os indivíduos, quando regida pela heteronormatividade, perpetua a violência de gênero e o sexismo e condiciona os corpos dos sujeitos a desempenharem funções e papéis específicos restritos ao sexo. Este trabalho monográfico encontra-se inserido no contexto contemporâneo das teorias feministas, sobretudo das discussões de gênero. Questionando os regimes normativos da sociedade civil, como estratégia possível de engajamento político para vidas precarizadas, este trabalho oferece uma análise filosófica das ideologias sexistas inspiradas nos ideais do patriarcado e do capitalismo, além de questionar e refletir acerca da importância das discussões de gênero dentro dos contextos político, cultural e social atual, problematizando as normas sociais e as relações de poder entre os sujeitos. Realizou-se uma investigação filosófica da Teoria *Queer* e das obras feministas, sobretudo da autora Judith Butler, objetivando compreender como se desenvolve o processo de construção identitária dos sujeitos, e como se estabelece a relação entre subjetividade e materialidade que fundamenta a criação e a separação dos sexos. Por meio de uma revisão bibliográfica dos escritos feministas contemporâneos, e utilizando-se do método dialético para pesquisa qualitativa, o trabalho apresenta e analisa os conceitos de performatividade e heteronormatividade. Com o interesse particular em promover e ampliar a conscientização contra o sexismo, a fim de combater a violência de gênero e a violência contra a mulher, esta pesquisa baseia-se na luta coletiva de mulheres pela igualdade sexual, enquanto estratégia de esclarecimento político da temática abordada.

Palavras-chaves: Feministas. Gênero. Heteronormatividade. Teoria *Queer*. Sexismo.

ABSTRACT

The relationship between individuals, when governed by heteronormativity, perpetuates gender violence and sexism, conditioning individuals bodies to perform specific functions and roles restricted to their sex. This paper monographic is inserted in the contemporary context of feminist theories, especially gender discussions. Questioning the normative regimes of civil society, as a possible strategy of political engagement for precarious lives, this paper offers a philosophical analysis of the sexist ideologies inspired by the ideals of the patriarchal and capitalists. Beyond questioning and reflection about the importance of the gender discussion inside the contexts political, cultural and social today, problematizing the social norms and power relations between individuals. Was realized an investigation philosophical about queer theory and the feminists papers, with a particular focus on the writing of Judith Butler, objectifying understand how develops the process of construction identity of individuals, and how establishes the relation between subjectivity and materiality who justify the creation and separation of the sexes. Through the bibliographical review of feminists writes contemporary, and using the dialectic method for qualitative research, this paper show and analysis the concepts of performativity and heteronormativity. With particular interest in promote and amplify the consciousness against the sexism, in order to combat the gender violence and woman violence, this research is based on collective fight of womans for the gender equality, while strategy of political enlightenment on the addressed topic.

Key-words: Feminists. Gender. Heteronormativity. Queer Theory. Sexism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAP+ Não-binárias e mais	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais,
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMARIO:

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	PROBLEMA DE PESQUISA	11
3	HIPÓTESE	11
4	JUSTIFICATIVA	12
5	OBJETIVO.....	13
5.1	Objetivo geral.....	13
5.2	Objetivos específicos.....	13
6	METODOLOGIA	14
7	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
8	CONTANDO UMA HISTÓRIA SOBRE GÊNÉRO	20
9	SUBJETIVIDADE FEMININA	32
10	MATERIALIDADE FEMININA	41
11	CONTANDO UMA HISTÓRIA	51
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
13	REFERÊNCIAS	64
14	APÊNDICE	67

“Esquecer é uma necessidade. A vida é uma lousa, em que o destino para escrever um novo caso, precisa apagar o caso escrito”
Trecho do conto: *Verba Testamentária – 1882 de Machado de Assis.*

1 INTRODUÇÃO

A tarefa da filosofia, enquanto área de conhecimento, consiste, entre outras coisas, em ampliar as noções epistemológicas acerca do saber humano. Dentre as mais diversas áreas de estudo inseridas no campo da filosofia, o feminismo sendo uma delas, vem conquistando cada vez mais espaço nas agendas acadêmicas, institucionais, sociais e parlamentares atuais. As discussões de gênero inauguram a mais recente onda feminista no debate público, elaborando e refletindo sobre as mais diversas questões culturais, emocionais, éticas, históricas, institucionais, sociais, políticas e sexuais envolvidas na gênese de sua categoria. As abordagens filosóficas (ontológica, existencial, material e dialética), junto com o feminismo, vem levantando os seguintes questionamentos: O que constitui o gênero feminino no mundo contemporâneo? O que origina e fundamenta o ser mulher no mundo? Quais os problemas reais, existenciais, teóricos e práticos que permeiam as mulheres e a expressão de sua “mulheridade” na atualidade? A mulher precisa ser identificada e reconhecida como mulher para se tornar socialmente aceita, mas como se dá a representação físico-simbólica desse ser considerado feminino? Como podemos traçar estratégias que permitam enfrentar e solucionar os problemas que atravessam essa categoria? Questões estas que se apresentam quando lidamos com o esforço de ampliar o reconhecimento das discussões oportunizadas e possibilitadas por mulheres.

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. (Butler, 2018, p.14).

Apesar de muitas questões serem levantadas e respondidas pelo feminismo, ainda temos que lidar com inúmeras perguntas sem respostas, algumas relativas ao ser mulher no mundo ou relacionadas à feminilidade e à subjetividade feminina, outras concernentes ao trabalho e à política e à garantia de direitos. O presente trabalho de pesquisa monográfica refere-se, portanto, aos debates feministas contemporâneos, tendo como foco as discussões de gênero como estratégia de engajamento político. Com o interesse em analisar como se materializa e se subjetiva um gênero e uma identidade nos corpos dos sujeitos, foi realizada um estudo da teoria *queer* e das obras feministas da filósofa Judith Butler. Desse modo, abordarei especificamente nesta pesquisa, as questões filosóficas que envolvem o processo de subjetivação e de materialização das identidades, por meio da noção do conceito de gênero, apoiando-me em filósofas feministas contemporâneas como: Angêla Davis, bell hooks e em especial, Judith Butler, e em alguns conceitos filosóficos de autores como Foucault e Freud de maneira mais

esquemática. Diante disso, buscando compreender as nuances da *performatividade* - conceito elaborado por Butler para explicar a expressão de gênero em sua construção social subjetiva e material - de gênero, esta pesquisa procurou investigar como se subjetiva e se materializa o gênero mediante um corpo e uma identidade, e como esse corpo e essa identidade podem ampliar ou discriminar a liberdade de expressão cultural, sexual, social ou política das “mulheres”, e como traçar estratégias de valorização e de promoção da vida e da dignidade humana, sobretudo feminina.

2 PROBLEMAS DE PESQUISA

Percebendo a urgência e a necessidade de ampliar e resgatar as discussões feministas dentro do contexto acadêmico, cultural, filosófico, institucional, social, sexual e político, buscou-se, investigar o pensamento feminista contemporâneo e a teoria *queer*, a fim de compreender os mecanismos presentes nas relações sociais que estabelecem as funções e os papéis sexuais por meio dos gêneros, e suas possíveis contribuições no que diz respeito à promoção dos direitos, da valorização, do respeito e da dignidade do sujeito corpo feminino e das mulheres. Visando ampliar essa discussão, essa pesquisa pretende compreender e analisar aos seguintes questionamentos: feminino e mulher são a mesma coisa e vice-versa? Existe uma gênese ontológica do ser mulher, afinal o que é ser mulher? Como se constitui o sujeito corpo feminino? O que possibilita a expressão desse sujeito corpo? Como se materializa e se subjetiva uma identidade e um gênero? Como ocorre a subjetivação feminina? Qual a função dos papéis de gênero? Como uma identidade se revela através do gênero?

3 HIPÓTESE

A existência feminina e das mulheres na natureza é apresentada de formas muito diferentes, mas sempre com características de identificação e definição muito semelhantes, são elas: o sexo e o comportamento. Dialeticamente, o gênero (atrelado ao sexo) e o comportamento são marcadores de construção e identificação social, regidos pelas normas de conduta que orientam e controlam os indivíduos e seus corpos, eles detêm a capacidade de alimentar ou

desorientar a possibilidade crítica de existência no mundo. O gênero enquanto construção social, ora se revela como base fundamental para uma relação social-afetiva, ora como fruto apodrecido dessa mesma relação. Parto de um pressuposto afirmativo, de que certamente o gênero é capaz de produzir e reproduzir identidades, e que tais identidades permitem a expressão e/ou a sujeição dos indivíduos que performam papéis e funções sexuais. A hipótese levantada por esta pesquisa diz respeito às condições existenciais e materiais do “ser mulher” no mundo contemporâneo, e pretende reafirmar, através das teorias feministas, que é possível estabelecer relações de reconhecimento saudável dos sujeitos por meio dos princípios da alteridade. Isso porque, entendido como construção social, o gênero, se subjetiva e se materializa no corpo e no comportamento de maneira dialética, oferecendo liberdades e aprisionamentos para os indivíduos e seus corpos.

Delimitação de Escopo

Neste trabalho serão analisadas algumas questões relacionadas ao feminismo e às categorias de gênero, por meio de leituras e pesquisas bibliográficas de filósofas feministas, e da autora Judith Butler de forma especial, mas não exclusiva. Os temas que serão abordados são eles: 1 - a formação e construção binária dos papéis sociais e sexuais baseadas no conceito de gênero; 2 - a subjetividade e a materialidade do gênero em seu processo construtivo, e 3 - a produção de uma identidade enquanto estratégia de engajamento, resistência e reconhecimento. Dito de outra forma, a abordagem dessas questões visa compreender a função da construção identitária inserida nos processos de subjetivação e de materialização do gênero por meio da *performatividade*, além de questionar os conceitos de feminino e masculino dentro de uma perspectiva crítico-feminista da Teoria *Queer*. Será apresentado na sequência deste trabalho, o processo de construção de si do sujeito e as possibilidades de reconhecimento e desidentificação por meio deste mesmo processo. Não faz parte deste trabalho de pesquisa, uma abordagem cartesiana dos temas analisados, também não se pretende solucionar todas as questões abordadas e apresentadas.

4 JUSTIFICATIVA

Foi inserida em meio às pesquisas filosóficas que pude ampliar os interesses epistemológicos que me atraíam enquanto sujeito, a filosofia revela o caráter humano de curiosidade pela natureza das coisas. Pensando nas diversas perguntas sobre a constituição subjetiva e material dos indivíduos, as respostas são infinitas, e é diante da problemática acerca da realidade existencial dos sujeitos que se justifica esta pesquisa; quais são as perguntas e as respostas (os discursos) que constituem nossa história enquanto sujeito, nosso corpo, nossa identidade, e nosso ser? em específico, as histórias, os corpos e os seres “femininos”? Qual a importância do reconhecimento e da desidentificação diante desses processos constitutivos? É diante desse processo filosófico-dialético de perguntas e respostas feitas por filósofas feministas que se insere a justificativa para este trabalho de pesquisa monográfica. A pesquisa se justifica também como uma tentativa de compreensão dos processos que envolvem os papéis de gênero e como eles podem subjetivar e materializar uma identidade que se encontra refletida em um corpo e em uma sociedade; como se apresenta, portanto, um corpo e um gênero subjetivado e materializado; e até que ponto a teoria *queer*/feminista é capaz de fornecer respostas satisfatórias para esses questionamentos.

5 OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa consiste em elucidar e compreender os processos construtivos de materialização e de subjetivação do gênero, a partir de uma análise bibliográfica das perspectivas feministas contemporâneas das autoras: Angela Davis, bell hooks, e mais profundamente da filósofa Judith Butler, para analisar a produção e formação de uma identidade, a fim de criar uma possibilidade de engajamento político de mulheres, por meio do reconhecimento e da desidentificação das funções e dos papéis de gênero.

Objetivo Geral

Compreender a construção identitária dos sujeitos por meio dos processos de subjetivação e materialização do gênero a partir de uma análise filosófica das obras de Judith Butler e dos conceitos de heteronormatividade e performatividade.

Objetivos Específicos

1. Compreender brevemente o pensamento feminista contemporâneo de Butler por meio da análise das categorias de gênero.
2. Apresentar os conceitos que ajudam a compreender os processos de subjetivação e materialização das identidades.
3. Analisar os papéis e as funções sexuais e sociais dos indivíduos na sociedade heteronormativa.
4. Identificar a configuração e as características das relações sociais sexistas, como estratégia de conscientização e combate à violência de gênero.

6 METODOLOGIA

A metodologia aplicada consiste numa revisão bibliográfica e literária com o objetivo de elucidar brevemente algumas questões inseridas nas discussões feministas e de gênero da atualidade. O método dialético consiste, resumidamente, em analisar duas perspectivas distintas de um mesmo assunto ou tema, em que se observa uma tese, depois uma outra que pode contrariar ou complementar a tese anterior a fim de se chegar a uma terceira tese, para então sintetizar a ideia extraída das teses anteriores, resultando em uma compreensão dinâmica maior sobre a abordagem teórica. Com interesse em dialogar com os mais diversos pontos de vista que podem estar relacionados a uma pesquisa específica, a abordagem dialética utilizada neste trabalho, consiste no movimento de afirmação, negação, reafirmação ou renegação de uma hipótese ou ideia. Buscando compreender o assunto de forma não linear e observando as argumentações opostas que contrariam aos sentidos apresentados; a dialética se apresenta como método viável e palpável para o desenvolvimento da pesquisa.

Metodologia da Pesquisa

- Método dialético.

A presente pesquisa tem o propósito de investigar o pensamento feminista contemporâneo a partir de uma pesquisa exploratória acerca da temática de gênero, por meio da teoria *queer* da autora Judith Butler, analisando e questionando o seu surgimento, seus interesses e sua expressividade na atualidade. Além disso, o trabalho apresentará uma breve descrição do conceito de gênero e do movimento feminista ao longo dos anos, e uma explicação contextualizada de como se caracterizam os gêneros por meio dos indivíduos e seus corpos. A metodologia científica utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa científica foi uma investigação qualitativa das discussões levantadas e engajadas pelo movimento feminista envolvendo especificamente a noção do conceito de gênero. O método aplicado na pesquisa será o dialético; visando analisar o tema sob uma perspectiva filosófica, compreendendo a temática através de duas perspectivas que ora se contrapõem ora se complementam, são elas a perspectiva subjetiva e a perspectiva material, ambas utilizadas por Butler.

a) Sob o ponto de vista de sua natureza

- Pesquisa básica.

b) Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema

- Pesquisa qualitativa.

c) Sob o ponto de vista de seus objetivos

- Pesquisa exploratória.

Procedimentos Metodológicos

Por meio de uma pesquisa qualitativa sobre a área escolhida, será realizada uma investigação analítica acerca da importância do tema dentro do contexto atual, a pesquisa se sucederá por meio de uma revisão bibliográfica dos escritos feministas de Butler, e de sua teoria *queer*. Será contextualizada, primeiramente de maneira resumida a luta do movimento feminista para elucidar o conceito de gênero e apresentar os conceitos de heteronormatividade e *performatividade*, na sequência será feita uma abordagem dos conceitos de subjetividade e de materialidade dentro do pensamento butleriano, relacionando a autora com outros filósofos como Freud, Marx e Foucault. Por fim será feita uma teorização sobre a importância das histórias discursivas juntamente com o pensamento filosófico feminista contemporâneo, comparando narrativas discursivas que oprimem e subjagam com as que emancipam e libertam.

Estrutura Da Dissertação

A fim de esclarecer a abordagem feminista da autora contemplada pela teoria *queer*, será realizada uma pesquisa exploratória, através de procedimentos teóricos e práticos de pesquisa bibliográfica. A estrutura desta monografia consiste, em abordar a epistemologia feminista de Butler analisando as categorias de gênero para compreender as estratégias de resistência feminina por meio da subjetivação e materialização de uma identidade. O trabalho encontra-se, então, subdividido em quatro capítulos. O primeiro apresenta o referencial teórico e a sua fundamentação, que consiste em elucidar brevemente a teoria *queer*, as ondas da luta do movimento feminista ao longo dos anos, baseando-se na abordagem genealógica butleriana acerca das categorias de gênero e explicando o interesse e a motivação do pensamento teórico contemporâneo. O segundo apresenta a caracterização dos processos de subjetivação de uma identidade feminina, que possibilita a elaboração de algumas hipóteses que contribuem para o entendimento do conceito na atualidade, além de uma compreensão acerca do processo construtivo dos sujeitos na sociedade civil, esclarecendo os conceitos de performatividade e heteronormatividade. O terceiro capítulo consiste na caracterização dos processos de materialização de uma identidade feminina; ampliando as visualizações de caráter materialista que correspondem a uma perspectiva crítica de análise da realidade e de possibilidade existencial na sociedade contemporânea, a fim de analisar as correspondências entre as teorias divergentes de construção do sujeito. O quarto e último capítulo apresenta, de forma sucinta, uma elaboração teórico-prática da sintetização dos processos constitutivos de uma identidade; demonstrando que os discursos narrativos acerca dos papéis de gênero são capazes de revelar evidências de resistência feminina, e que, por vezes, encontram inseridas nos processos de reconhecimento e desidentificação dos próprios gêneros entre os indivíduos.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa científica, torna-se importante contextualizar o universo empírico das teorias abordadas, que encontram inseridas no contexto filosófico contemporâneo das discussões de gênero; sobretudo dentro do universo feminista.

Também é fundamental conceituar os termos utilizados na pesquisa como os conceitos de gênero, heteronormatividade e *performatividade*, termos que a autora Judith Butler aplica em sua abordagem teórica; ambos os termos correspondem ao entendimento dos limites teóricos e práticos que envolvem o sexismo na sociedade civil contemporânea. A fundamentação teórica desta pesquisa se baseia nas obras da filósofa feminista Judith Butler; *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade* (2018); Obra em que a autora faz uma genealogia teórica da discussão e do conceito de gênero, questionando o sentido político da luta identitária:

O que pode então significar “identidade”, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais importante, como essas suposições impregnam o discurso sobre as “identidades de gênero”? (Butler, 2018, p.33).

Corpos que Importam: Os Limites discursivos do ‘Sexo’ (2019): obra em que a autora questiona os valores ideológicos do capitalismo, racismo, patriarcado, que legitimam os discursos que perpetuam as violências de forma subjetiva e material envolvida na construção das identidades: “De fato, talvez seja exatamente por meio de práticas que reforçam a desidentificação para com essas normas regulatórias – mediante as quais a diferença sexual é materializada – que tanto a política feminista como a política queer estão mobilizadas.” (Butler, 2019, p.23). *A Vida Psíquica do Poder: Teorias da sujeição* (2017), obra que reflete sobre a sujeição dos indivíduos perante as normas e aos outros. “Como forma de poder, a sujeição é paradoxal. Uma das formas familiares e angustiantes como se manifesta o poder está no fato de sermos dominados por um poder externo a nós”. (Butler, 2017, p.5). e *Relatar a Si Mesmo: Crítica da Violência Ética* (2015), obra em que a autora resgata o pensamento de diversos autores clássicos da filosofia como Hegel, Freud, Nietzsche, Kant, Foucault, dentre outros, na elaboração complexa de uma ontologia ética e questões relativas ao ser. “A gênese social do indivíduo, mesmo na modernidade, constitui uma maneira de ameaçar a sobrevivência. A aniquilação também ameaça do outro lado, quando a própria transcendência do social ameaça destruir as condições sociais da vida.” (Butler, 2015, p.74). Seguindo como referencial teórico a epistemologia feminista *queer* butleriana, além de algumas considerações teóricas do feminismo negro com autoras como Angela Davis e bell hooks a fim de fortalecer e enriquecer o embasamento textual presentes nas obras: *A Liberdade é uma Luta Constante* Davis argumenta e questiona acerca da categoria das mulheres: “Como essa categoria poderia ser repensada? Não apenas para abarcar pessoas africanas, indígenas e outras de origem não europeia, mas também para que pudesse ser aplicada a grupos e comunidades, não apenas a

indivíduos’’. (Davis, 2018, p.7). E *O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas arrebatadoras* de bell hooks, a autora defende:

Enquanto o feminismo contemporâneo progredia, enquanto as mulheres se davam conta de que o grupo dos homens não era o único na sociedade que apoiava o pensamento e o comportamento sexistas – mulheres também poderiam ser sexistas –, atitudes anti-homem já não definiam a consciência do movimento. O foco passou a ser um grande esforço para criar justiça de gênero. Mas as mulheres não poderiam se juntar para promover o feminismo sem confrontar nosso pensamento sexista. A sororidade não seria poderosa enquanto mulheres estivessem em guerra, competindo umas com as outras. (Hooks, 2018, p.18)

Autores como Freud, Simone de Beauvoir, Foucault, Marx, e Guacira Lopes, acrescentam por meio de citações, exemplos e referências argumentativas ao longo do trabalho de pesquisa, ampliando a discussão da temática abordada sobre as mudanças paradigmáticas, históricas, sociais e ideológicas que permeiam o surgimento do pensamento feminista e as discussões da atualidade. A importância teórico-prática acerca das discussões envolvendo a temática abordada se revela diante do sexismo e das violências que envolvem as desigualdades sociais em qualquer âmbito e/ou dimensão social. A luta feminista no combate à desigualdade sexual e a violência contra mulheres depende do engajamento particular e coletivo de pessoas envolvidas na preservação da vida, da liberdade e da dignidade humana de todo e qualquer indivíduo. A divisão sexual apesar de necessária em determinadas circunstâncias sociais, que surgem sob o viés de garantir e valorizar a liberdade do corpo e do sujeito, muitas vezes condiciona os seres humanos a desempenharem papéis e funções sociais e sexuais baseadas em concepções empíricas excludentes e violentas. Butler argumenta:

Pode ser que o problema seja ainda mais sério. Seria a construção da categoria das mulheres como sujeito coerente e estável uma regulação e reificação inconsciente das relações de gênero? E não seria essa reificação precisamente o contrário dos objetivos feministas? Em que medida a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual? Se a noção estável de gênero dá mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade — isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político. (Butler, 2018, p.20).

As identidades dos sujeitos que são construídas a partir das normas sociais que regem os comportamentos civis, performam gêneros e diferenças sexuais com o objetivo de naturalizar e sedimentar a dominação, a opressão, a desigualdade e a violência. Se o capitalismo depende da reprodução massiva a fim de gerar acúmulo, então depende também da reprodução do trabalhador e da mão de obra. Seguindo esse pensamento, a lógica heteronormativa se justifica

enquanto orienta a sexualidade para a reprodução social, ou seja, o corpo e a sexualidade servem de meios para a manutenção e perpetuação dos valores capitalistas. A representação da mulher que reside dentro de tal lógica, passa a ser apenas um montante de partes desejadas, consolidando a ideia de ser objeto de desejo de outrem e não um ser desejante, o feminino, desse modo, se torna uma espécie de “*Frankenstein* da beleza” formando uma composição de partes desejadas, e construído artificialmente uma identidade costurada e fragmentada. É notável a demonstração das diferenças sexuais presentes nas estatísticas globais que expressam os índices de vulnerabilidade dos corpos e de precarização dos sujeitos, essa realidade deve ser combatida em todas as esferas da sociedade. Neste trabalho é possível encontrar um argumento discursivo viável para se combater a desigualdade criada pela diferença sexual, além de evidências de resistência feminina como estratégia de fortalecer o engajamento político dos indivíduos.

8 CAPÍTULO I: Contando uma história sobre gênero.

O que é Feminismo?

***Lisístrata:** – Exatamente o que eu lhe dizia: as mulheres acabam de conquistar a Acrópole. Ocuparam o Tesouro. Agora, Lampito, vá fazer seus preparativos e deixe essas moças comigo como reféns. (Lampito retira-se). E nós vamos juntar-nos às outras mulheres na Acrópole e ajudá-las a aferrolhar o Tesouro.*

(Trecho da peça: *A Greve dos Sexos*. De ARISTÓFANES, 2002, p.17).

Desde os primórdios da humanidade, é possível notar diversas figuras “femininas” (corpos com seios, vagina e barriga sobressaltada insinuando gravidez) sendo vigorosamente representadas por meio de pinturas, artefatos, rituais e projetos arquitetônicos, que muitas vezes compunham e constituíam os chamados templos sagrados e tinham a capacidade de ilustrar a pseudouniversalidade da mulher, através do feminino. O uso do termo mulher é capaz de remeter a um sentido particular, enquanto o uso termo feminino lhe confere um caráter supostamente universal. Essas figuras de mulheres (particulares) tinham o poder de expressar e representar de maneira simbólica a feminilidade (universal); a mulher portanto, era considerada a maior e mais valiosa expressão da vida e do mistério da natureza, mistério esse capaz de criar e gerar um novo ser humano, garantindo a perpetuação da espécie.

Apesar de os homens constituírem, de certa forma, essa mesma capacidade da mulher de criar e gerar uma vida, as primeiras sociedades formadas nesse período evidenciam inúmeros registros acerca da importância da mulher, reconhecidas pelo nome de vênus¹; tais evidências, referem-se a objetos e imagens simbólicas e arquetípicas² que representavam e expressavam a potência e a grandeza da mulher, através dos arquétipos femininos.

Por outro lado, nos documentos que registram a passagem da tradição oral para a escrita, é possível notar uma mudança dos paradigmas que condicionavam a convivência social entre homens e mulheres. As sociedades matriarcais e matrilineares (comandadas e

¹ VÊNUS: Nome que se dá a uma mulher muito formosa, por alusão à deusa Vênus. Origem etimológica: latim *Venus, -eris*, mitônimo [deusa grega da Beleza e do Amor]. "vênus", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008 2024, Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/v%C3%A9nus>.

² ARQUÉTIPO: (lat. *Archetypus*; in. *Archetype*, ai. *Archetyp*, *Urbild*; it. *Archetipo*). Modelo ou o exemplar originário ou original de uma série qualquer. Conf. em (ABBAGNANO, Nicola, 1901-1990. Dicionário de filosofia, p.91).

representadas por mulheres), foram se reconfigurando em sociedades patriarcais e patrilineares (comandadas e representadas por homens), fazendo com que as potências igualmente femininas e masculinas de caçar, lutar, criar, pensar, cozinhar etc. ficassem em segundo plano, oferecendo a domesticidade feminina como única possibilidade existencial para mulheres. As doutrinas religiosas monoteístas e o monopólio econômico de líderes políticos reforçavam à exaltação e à idolatria de figuras masculinas, que exerciam por meio da força e da violência, poder soberano diante dos corpos marginalizados, constituindo o que mais tarde Foucault irá chamar de: microfísica do poder³, termo esse, que será incorporado nos trabalhos e nas discussões femininas futuras de pensadoras e filósofas contemporâneas.

Na sociedade ocidental, os homens passaram a representar exclusivamente os líderes políticos e religiosos, e a contemplar a natureza das representações por meio de uma linguagem racional e não mais simbólica e ritualística, e passaram então, a defender um modelo de organização social que valorizava a figura masculina em detrimento da feminina.

O letrado Galeno citava as dissecações de Herófilo, o anatomista de Alexandria do século III a.C., para respaldar sua afirmação de que a mulher tem testículos com canais seminais muito semelhantes aos do homem, um de cada lado do útero, com a diferença que os do homem são contidos no escroto e os da mulher não. A linguagem marca essa visão da diferença sexual. (Laqueur, p.13, 2001.).

Devido a essas mudanças paradigmáticas ocorridas nas antigas sociedades, surgiu a necessidade de uma nova visão de mundo que o justificasse e o representasse de maneira “real” em oposição a imaginária. Com isso, a ampliação do caráter lógico do pensamento ganhou força e acabou possibilitando a consolidação da filosofia ocidental como modelo mais elevado de racionalidade, perpetuando-se até os dias atuais. Esse mesmo processo deu início também ao cientificismo e ao racionalismo que, em épocas mais recentes, caracterizavam e categorizavam as diferenças e semelhanças entre os seres humanos com base em ideologias racistas e sexistas que sustentavam a mercantilização da vida por meio da escravização e exploração dos corpos.

Por volta de 1800 todos os escritores determinaram-se a basear o que insistiam ser as diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino, entre o homem e a mulher, em distinções biológicas constatáveis e expressá-las em uma retórica radicalmente diferente. (Laqueur, p.14, 2001.).

A figura feminina que antes se encontrava expressamente representada de maneira simbólica/ imaginária na natureza através de inúmeras divindades, animais, fenômenos e rituais,

³ Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças. (Foucault. p. 30, 1999).

passa então, a ser representada de maneira “racional, discursiva” na linguagem, e a ser reconhecida apenas como um corpo sexuado e limitado denominado mulher. Nessas novas representações, a mulher será, quase sempre, definida e/ou categorizada como uma figura inferior em relação à figura dos homens. Conforme afirmação de Aristóteles:

Por outro lado, a relação entre o homem e a mulher consiste no fato de que, por natureza, um é superior e a outra inferior, um, governante, outra, governada. O mesmo tem que, necessariamente, ocorrer por toda a humanidade. (ARISTÓTELES, p. 63).

Entretanto, mesmo que a tradição ocidental de pensamento falocêntrico tenha insistido em subjugar e em negligenciar a importância das mulheres na sociedade; através de doutrinas dogmáticas que reforçavam a subserviência feminina, as mulheres, sempre estiveram presentes, também pelo simples fato de que “na humanidade, como na maioria das espécies, nasce mais ou menos quase o mesmo número de indivíduos dos dois sexos”. (Beauvoir, 2009, p. 49). Além disso, as mulheres desempenharam e continuam desempenhando papéis significativos no desenvolvimento da história, pois, de acordo com a perspectiva marxista de visão materialista “a humanidade não é uma espécie animal, é uma realidade histórica” (Beauvoir, 2009, p. 70).

Diante da realidade histórica, a existência das mulheres vem sendo fortalecida a partir das ações coletivas promovidas pelas teorias feministas que se preocupavam e ainda se preocupam em resgatar a representação e o reconhecimento de mulheres em todos os aspectos da vida pública e privada, incluindo a sua sexualidade. O movimento e as teorias feministas que surgiram aproximadamente no final da segunda metade do século XIX na Europa, ao lado das revoluções francesa e inglesa, passaram por inúmeras mudanças e transformações ao longo dos anos, desde então, a pretensão inicial das mulheres burguesas e brancas da sociedade civil da época era ter direito ao voto e o direito a serem votadas, o que ficou conhecido como movimento sufragista⁴, sendo popularizado no mundo inteiro no início do século XX.

Avançando nessa nova dinâmica de organização social e seguindo os modelos políticos e governamentais elaborados por homens, inicia-se a chamada divisão social e sexual do trabalho⁵, levando a categoria das mulheres a se ver em condições indignas de direitos como falta de acesso à educação, à propriedade, ao voto, ao trabalho digno e remunerado e ao reconhecimento político, o que acaba incitando a primeira onda feminista que se mobiliza nas discussões contra o patriarcado, e a supremacia de direitos dos homens. Questionando a

⁴ O movimento sufragista, iniciado no século XIX, consistiu em uma luta de reivindicação pela participação ativa das mulheres na política, concedendo a elas o direito de votarem e de serem votadas. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-sufragista-o-que-foi-e-qual-o-impacto-no-brasil>.

⁵ Divisão das categorias de trabalho baseada nas representações de papéis sociais e sexuais pré-determinados.

liberdade de acesso e a garantia de direito às mulheres. Caracterizando, portanto, a primeira onda do movimento feminista na luta pela conquista de direitos às mulheres.

O uso do termo “ondas” para se referir ao movimento feminista, no decorrer dos anos, serve para expressar o caráter mutável e não permanente das discussões, além de seu movimento eterno e contínuo mobilizado por mulheres de todos os lugares do mundo de tempos em tempos. A utilização do termo “ondas feministas” também permite compreender temporalmente momentos considerados importantes para o movimento, como o seu surgimento (a ideia), o seu ápice (a conquista), e o seu “declínio” (os resultados), simbolizando, assim, a luta, a defesa e a conquista de determinados direitos voltados às mulheres.

Com o fim da primeira onda em meados da década de 1930, e com a publicação, em 1949, do livro *O Segundo Sexo* escrito pela filósofa e pensadora francesa Simone de Beauvoir, se inicia o movimento da segunda onda da luta feminista, caracterizado pelas lutas libertárias de diversos movimentos sociais e de contracultura da década de 60. Lutando pela igualdade salarial, racial e sexual entre os indivíduos, o movimento feminista da segunda onda aliava os interesses de algumas mulheres brancas da burguesia aos interesses da classe operária de mulheres trabalhadoras e racializadas no que diz respeito a autonomia e liberdade de seus corpos. A violência física e sexual contra mulheres atinge toda a categoria de mulheres independentemente de suas condições e características.

Ter domínio sobre o próprio corpo no exercício da liberdade sexual foi o interesse em comum compartilhado por mulheres da época, além de igualdade sexual, matrimonial, salarial e racial. Questionando a liberdade de acesso e a garantia de direito às mulheres e passando pelo que Foucault (1999, p.77) chamou de “Histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade”, no ano de 1960, foi criado e desenvolvido o primeiro anticoncepcional⁶ feminino. Apesar de garantir mais autonomia e controle com relação a capacidade de reprodução feminina, a pílula anticoncepcional ainda está ligada a inúmeros efeitos colaterais além de desenvolvimento de doenças que levam a as mulheres a correrem risco de vida em decorrência do uso prolongado de hormônios como método contraceptivo⁷.

Diante das distintas realidades de mulheres ao redor do planeta e com o avanço da globalização no mundo, as mulheres começaram a se mobilizar em prol dessas diferenças

⁶ Anticoncepcionais são medicamentos hormonais que têm o objetivo de prevenir a gravidez em mulheres. Eles são métodos que agem diretamente no corpo feminino. Disponível em: <https://vidasaudavel.einstein.br/anticoncepcional/>.

⁷ Artigo relacionado, disponível em: Research, Society and Development, v. 10, n. 15, e349101522949, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22949>.

sociais, históricas, culturais, econômicas e raciais, como estratégia de engajamento e reconhecimento político, voltadas para grupos de mulheres marginalizadas e invisibilizadas socialmente, culturalmente e ideologicamente. No início dos anos 1980, e inaugurando a terceira onda do movimento feminista, voltada para atender demandas de classe, raça e sexo de mulheres precarizadas, o conceito de interseccionalidade⁸ começa a permear as discussões, ampliando as noções de mulher e de feminino, e seus atravessamentos nas diversas culturas, localidades e sociedades, expandindo e ampliando o movimento feminista para além dos discursos eurocêtricos.

A quarta onda do feminismo, considerada a onda atual, começa por volta da primeira década dos anos 2000, e atualiza as discussões do movimento em torno do conceito de gênero, identidade e corpo. Questões como divisão sexual, sexualidade, papéis e identidade de gênero, funções sociais, binarismo, heteronormatividade, patriarcado, falocentrismo, dentre outras... são o foco das teorias *queer* que discutem gênero e apresentam novos vieses ideológicos de mobilização e possibilidade existencial feminina. É por meio de ações e discussões do movimento feminista nos setores públicos e privados da sociedade, que os discursos, conceitos e interesses de mulheres são usados como estratégia de representação social e coletiva para atender as demandas de diversos grupos de indivíduos como por exemplo: crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas generificadas e racializadas, dentre outras.

Mas no meio dessa tentativa de representação das mulheres no âmbito social, cultural e político, surge um problema crucial. Afinal, que mulheres são essas? Além disso, o que são as mulheres? Será que atualmente conseguimos obter uma resposta para a “grande questão” proposta por Freud no século XX: “A grande questão que resta sem resposta à qual eu mesmo jamais pude responder malgrado meus trinta anos de estudos da alma feminina: o que quer uma mulher?” (E. Jones. *La vie et l'œuvre de Sigmund Freud*.p 445). Segundo Judith Butler, filósofa feminista contemporânea:

O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres. Os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram o critério segundo o qual os próprios sujeitos a priori são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida. (Butler, 2018, p.15).

⁸ Interseccionalidade é a interação ou sobreposição de fatores sociais que definem a identidade de uma pessoa e a forma como isso irá impactar sua relação com a sociedade e seu acesso a direitos. Disponível em:<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/o-que-e-interseccionalidade>.

Enquanto o feminismo da modernidade se ocupava em discutir a natureza ontológica, fenomenológica e existencial do ser mulher por meio da filosofia, da psicologia, da biologia da metafísica, entre outras; algumas mulheres ainda não se sentiam integralmente representadas nesse contexto, nem por meio de tais discussões, pois estavam engajadas na luta por conquistas de direitos básicos à dignidade humana. Conforme afirmação de Angela Davis, filósofa feminista marxista e amiga de Butler:

Na verdade, no fim do século XX houve inúmeros debates sobre como definir a categoria “mulher”. Houve diversas lutas a respeito de quem estava incluída e quem estava excluída dessa categoria. E essas lutas, creio, são centrais para compreender por que houve certa resistência por parte das mulheres de minorias étnicas e também, por parte das mulheres brancas pobres e da classe trabalhadora para se identificar com o movimento feminista emergente. (Davis, 2018, p.7).

É na busca de novos modelos representacionais e na desconstrução de modelos patriarcais que as mulheres associadas ao feminismo se empenharam nas últimas décadas, almejando sobretudo a ampliação da liberdade política, sexual, intelectual e cultural das mulheres e das figuras femininas. Nesse sentido, a filósofa Butler (2017) segue o caminho das discussões inaugurado pela teoria *queer*⁹, - que busca compreender como a construção de gênero, baseada nos ideais do capitalismo e do patriarcado que alimentam a desigualdade, a violência e a miséria humana, reafirmando os padrões de heteronormatividade que orientam as subjetividades dos corpos - e afirma que:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (Butler, 2017 p.17).

Dentro do universo feminista contemporâneo, e ensejando uma alternativa atualizada das definições de mulher e de sua natureza política, existencial e representativa, as discussões de gênero vêm ganhando cada vez mais participação nas agendas acadêmicas e parlamentares no Brasil e no mundo. Com interesse em promover e garantir os direitos das mulheres e suas representações nas instituições de poder; a mais recente onda feminista da atualidade visa

⁹ O que hoje chamamos de *queer*, em termos tanto políticos quanto teóricos, surgiu como um impulso crítico em relação à ordem sexual contemporânea, possivelmente associado à contracultura e às demandas daqueles que, na década de 1960, eram chamados de novos movimentos sociais. (Miskolci. p. 24).

ampliar as discussões de gênero e as possibilidades políticas de representação e de reconhecimento das pessoas vulnerabilizadas, sobretudo de mulheres. De acordo com Butler:

Talvez exista, na presente conjuntura político-cultural, período que alguns chamariam de “pós-feminista”, uma oportunidade de refletir a partir de uma perspectiva feminista sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo. Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática político feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti identidade que o feminismo invariavelmente exclui. (Butler, 2018, p.19).

Qual a função do gênero?

Pode-se compreender o conceito de gênero por aquilo que representa uma modalidade de classificação, representação e reconhecimento, dos seres e das coisas, através da dicotomia de duas categorias. São elas, neste caso, o *feminino* e o *masculino*. Seguindo essa classificação, na área da biologia o conceito de gênero se estende para mais dois termos dentro das categorias de feminino masculino - homem e/ou mulher, macho e/ou fêmea-, cis e/ou trans. Na gramática da língua portuguesa e de outras muitas línguas ocidentais, essas distinções se materializam, por exemplo, na representação simbólica das possibilidades existenciais marcadas pelo binarismo feminino e masculino. Ele e/ou ela.

Essa última observação é relevante porque a relação entre a gramática e a natureza é a mais antiga relação formadora da linguagem¹⁰. Enquanto a gramática representa a pura significação simbólica e abstrata da natureza, a natureza representa a pura significação material e real da gramática. Assim ambas se encontram ligadas pelo fio da humanidade. Homem e/ou mulher; feminino e/ou masculino, foram quase sempre as duas categorias principais que expressavam a natureza e a gramática dos seres e das coisas. Por meio da linguagem, objetivavam manter a conexão entre os indivíduos e seres na terra. Conforme a afirmação de Butler (2017): “Os indivíduos passam a ocupar o lugar do sujeito (o sujeito surge

¹⁰ LINGUAGEM: (gr. *kóyoç*; lat. *Sermo*; in. *Lunguage, Speech*; fr. *Language*; ai. *Sprache*, it. *Linguaggio*). Em geral, o uso de signos intersubjetivos, que são os que possibilitam a comunicação. Por uso entende-se: possibilidade de escolha (instituição, mutação, correção) dos signos; possibilidade de combinação de tais signos de maneiras limitadas e repetíveis. Este segundo aspecto diz respeito às estruturas sintáticas da L., enquanto o primeiro se refere ao dicionário da L. Conf. em: (ABBAGNANO, Nicola, 1901-1990. Dicionário de filosofia, p.626).

simultaneamente como um “lugar”) e desfrutaram de inteligibilidade somente se, por assim dizer, estabelecerem-se primeiro na linguagem”.

Hoje em dia é possível reconhecer inúmeros modelos de linguagem que constituem essa conexão entre os indivíduos. Alguns são mais visuais, outros mais sonoros, mas todos alimentam essa relação entre os seres e as coisas, sendo o gênero um desses modelos. A necessidade e a tentativa de representar, simbolizar, categorizar, dividir os seres humanos em duas categorias opostas deu lugar ao conceito de gênero, que é utilizado para se referir a diversas coisas como: sexo, comportamento, estilo, corpo, identidade, discurso, palavras etc. Nesse sentido, seguindo os modelos de divisão e caracterização dos indivíduos, alguns foram considerados saudáveis e normais em relação a sua sexualidade (héteros) enquanto outros eram considerados doentes e anormais (homos e trans).

Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. (Butler, 2021, p. 20).

As pessoas que não se encontram inseridas no universo feminista e nas discussões de gênero costumam entender que as discussões em torno do conceito, alimentam a binaridade e a diferenciação entre os “sexos” por meio da dicotomia, quando na verdade o conceito de gênero pretende elevar a discussão para uma tentativa de despolarização de sentidos baseados em duas categorias distintas e opostas de feminino e masculino/ homem e mulher. Também existe a diferenciação dos gêneros em razão de sua mutabilidade, ou seja, se um indivíduo se reconhece com o sexo que lhe foi atribuído antes de completar seu desenvolvimento, às vezes até antes mesmo de seu nascimento, então ele será reconhecido e identificado socialmente pelo termo cis, se o indivíduo não se reconhece no sexo que lhe foi atribuído, então ele será reconhecido socialmente pelo termo trans. Além disso, existem aqueles indivíduos que não querem ser reconhecidos e identificados com nenhum dos termos citados anteriormente e utilizam a não binaridade como conceito mais apropriado para representar e expressar a sua sexualidade. A atual onda feminista engaja as discussões baseadas na teoria *queer* justamente para ampliar a liberdade sexual de corpos marginalizados. Conforme citação de Angela Davis:

O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero”. As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de

produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas. (Davis,2018, p.18).

A noção do conceito de identidade¹¹, oportuniza compreender como as relações interpessoais exerceram influência no estabelecimento das sociedades civis e moldaram o comportamento humano ao longo dos anos. A possibilidade de identificação e reconhecimento, fundamental nas relações sociais contemporâneas, foi a principal estratégia utilizada pelos regimes de Estado e pelo capitalismo. A dialética das identidades (de gênero) consiste no constante movimento de, ora individualização e ora socialização dos sujeitos. A interação com o outro e consigo mesmo é a fonte essencial das identidades de gênero que “determinam” os papéis sociais e sexuais, quase sempre, fundamentada nos ideais de mercantilização da vida. O gênero é capaz de interseccionar duas dimensões distintas do sujeito, mas que se relacionam, a primeira é a sexualidade que normalmente representa a parte subjetiva do sujeito, seus desejos, pensamentos, crenças etc. a segunda é a identidade que normalmente representa a parte objetiva do sujeito e suas características, ambas intercambiadas e atravessadas pela ideia de gênero, se apoiam na necessidade de expressividade dos sujeitos, essa expressividade apoiada no gênero supostamente representariam as dimensões de sexualidade e identidade dos indivíduos.

É precisamente para entender como as identidades de gênero (masculino/feminino, cis/trans) moldam os papéis sexuais e as funções sociais que um determinado sujeito pode desempenhar nas relações, que Butler (2018) elabora o conceito de performatividade¹². Com esse conceito, a autora visa explicar como as noções de gênero constituem identidades que moldam o comportamento das pessoas de uma forma específica e generalizada. Um comportamento moldado pode ser comparado com a ação de *performar*¹³, por sua vez, a performatividade consiste em realizar uma atividade de performance, uma ação de atuar em função dos papéis de gênero que um determinado sujeito assume para si e para os outros, tendo em vista a convivência social nos espaços públicos e privados, diante disso é possível inferir que a visão do outro é capaz de influenciar a forma em que os indivíduos se reconhecem e se expressam, constituindo, dessa maneira, uma relação de interdependência social dos indivíduos e das instituições.

¹¹ IDENTIDADE: (gr. *xaútóxρις*; lat. *Identitas*; in. *Identity*; fr. *Identité*; ai. *Identität*; it. *Identità*). Este conceito tem três definições fundamentais: 1ª I. como unidade de substância; 2ª I. como possibilidade de substituição; e 3ª I. como convenção. Conf. em: (ABBAGNANO, Nicola,1901-1990. Dicionário de filosofia, p.539).

¹² Conceito desenvolvido por Judith Butler que corresponde a ação ou atividade dos sujeitos de *performar* / atuar / imitar os papéis de gênero.

¹³ verbo transitivo direto: Agir ou se comportar de determinada forma na execução de alguma coisa; desempenhar: *performar* um trabalho.

A ideia de gênero, portanto, tem o efeito de criar e subjetivar identidades, das quais se originam os papéis e funções sociais e sexuais (homem, mulher, ativo, passivo, emocional, racional) além de configurar um determinado comportamento dos indivíduos nas relações sociais que se orientam para a reafirmação e o reconhecimento desses papéis.

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (Louro, 1997, p.24).

A noção de identidade de gênero representa um espectro da subjetividade dos sujeitos que reproduzem comportamentos pré-determinados, ao passo que buscam romper com certos padrões comportamentais considerados ultrapassados. Butler (2018, p.22) questiona a importância dos papéis sexuais e do próprio conceito de gênero nas dinâmicas das relações, e lança mão de uma saída viável para uma interação não violenta e desigual, marcada por processos históricos de opressão e exploração.

Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou um “dado” gênero, sem primeiro investigar como são dados o sexo e/ou o gênero e por que meios? E o que é, afinal, o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? (Butler, 2018, p.22).

Objetivando ampliar o exercício da cidadania, a liberdade sexual dos indivíduos se tornou o eixo central das discussões de gênero da contemporaneidade. Um exemplo disso é a criação das “ods” que têm como um dos seus objetivos para o desenvolvimento sustentável¹⁴ (neste momento ignora-se todas as contradições do conceito de “desenvolvimento sustentável”, já que um necessariamente anula o outro e ambos não podem coexistir) elaborado pela Organização das Nações Unidas, em 2015, a igualdade de gênero. Todavia é necessário, que todas as esferas da sociedade, estejam engajadas e envolvidas na criação de novas políticas

¹⁴ Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030. Disponível em: (<https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-os-ods>.)

públicas, que atendam às demandas e às necessidades de determinados grupos sociais discriminados como pessoas racializadas e generificadas.

Só nas últimas décadas, resultado de inúmeras lutas feministas e de mulheres, o Brasil já ampliou a criação de leis que protegem e preservam a vida e a dignidade das mulheres, como a criação das Leis: Maria da Penha, criada no ano de 2006 depois de um caso de violência doméstica¹⁵ contra Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após ter sofrido inúmeras tentativas de homicídio do seu companheiro que atirou em seu corpo e a eletrocutou com o objetivo de acabar com sua vida. E a lei do Feminicídio¹⁶, criada no ano de 2015, que torna o assassinato de mulheres em razão de seu gênero crime hediondo com penalidade maior. São exemplos de leis que visam garantir a preservação e valorização da vida e da dignidade humana de mulheres, proibindo e criminalizando o exercício da violência física, verbal, psicológica, moral, sexual e patrimonial contra elas, em qualquer espaço, seja ele público ou privado. Houve também uma mudança na LDB¹⁷ no ano de 2018, que atualizou os conteúdos que devem ser trabalhados nas escolas e incluiu a obrigatoriedade da semana escolar de combate à violência contra a mulher. Bell hooks, filósofa feminista contemporânea, porém, teoriza:

Embora se dê muita atenção à violência doméstica e praticamente todo mundo concorde que é errado que os homens agridam as mulheres como forma de nos subordinar, a maioria dos homens usa terrorismo psicológico para subjugar mulheres. Trata-se de uma forma de coerção socialmente aceita. (Hooks, 2021, p.57).

Por isso, apesar dos avanços jurídicos em favor das mulheres, ainda é urgente a necessidade de atualização e implementação de novas leis e políticas públicas no Brasil, a exemplo da luta pela dignidade menstrual que possibilitou a distribuição gratuita de absorventes em postos de saúde e farmácias, para mulheres de baixa renda, e a luta pela tipificação/qualificação da misoginia¹⁸ como crime, pois o não reconhecimento de tal prática como ato ilícito e criminoso, permite e facilita práticas como: o sexismo a discriminação e a

¹⁵ Violência que ocorre na casa ou no ambiente familiar do indivíduo conforme a lei de número 11.340 disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

¹⁶ Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

¹⁷ **LEI Nº 14.164, DE 10 DE JUNHO DE 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

¹⁸ O termo misoginia é utilizado para se referir a expressões e comportamentos que sinalizam desprezo, repulsa, desrespeito ou ódio às mulheres. De acordo com a professora e coordenadora da Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) *Márcia Tavares*. Disponível em (<https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/o-que-e-misoginia/>).

violência de gênero e sexual contra mulheres que muitas vezes acabam resultando na anulação e finalização de sua vida. É necessário mobilizar ações e discussões que possam conscientizar, preservar e promover a vida e a dignidade humana além de combater as violências de gênero, para o pleno exercício da liberdade individual, política, sexual e cultural de todos os indivíduos, dentre eles, mulheres e pessoas vulnerabilizadas.

9 CAPÍTULO II: Contando uma história sobre Subjetividade Feminina.

O que é o sujeito?

Não dá pé, não tem pé nem cabeça, não tem ninguém que mereça, não tem coração que esqueça, não tem jeito mesmo, não tem dó no peito não tem nem talvez ter feito, o que você me fez, desapareça, cresça e desapareça, não tem dó no peito, não tem jeito, não tem ninguém que mereça, não tem coração que esqueça, não tem pé, não tem cabeça, não dá pé, não é direito, não foi nada eu não fiz nada disso, e você fez um bicho de sete cabeça, bicho de sete cabeça, bicho de sete cabeça...

(Música “*bicho de 7 cabeças*”; autoria e composição de Renato Rocha e Geraldo Azevedo).

“Não se nasce mulher, torna-se”. Beauvoir (2009) argumenta, por meio de uma análise do pensamento existencial e fenomenológico, sobre como ultrapassar as “barreiras” biológicas de um corpo considerado feminino, a fim de defender uma nova categoria de existência possível para as mulheres. Essa nova maneira subjetiva de conceituar e definir a mulher, começa a emergir na cultura, na sociedade, na política e na história, ampliando os horizontes de discussão e promovendo o debate intelectual das mulheres. A mulher de Beauvoir não se trata de uma mulher corpórea e materializada, mas de uma mulher existencial e subjetivada. Rompendo com as dimensões biológicas de determinação sexual, inaugurando uma percepção da dimensão histórica de construção subjetiva dos sujeitos e das relações sociais.

Se voltássemos às origens epistemológicas do termo mulher e fizéssemos um percurso ao longo de toda a história das civilizações até os dias atuais, mesmo que o entendimento do termo pudesse ser pensado por uma perspectiva universal ou universalizada, e mesmo que a figura feminina no Ocidente tenha sido representada ao longo dos anos, de maneiras muito semelhantes, a noção de mulher universal (que não existe, mas insiste em se apresentar nas dinâmicas sociais elaboradas a partir do patriarcado) sempre passa e passará pelo crivo da subjetividade individual. Isso significa que as noções de mulher, no âmbito individual, são sempre relativas, quer dizer, está sempre na posição de relação a algo ou alguém, em relação ao outro, mesmo que tenham se subjetivado coletivamente. De acordo com Butler:

O problema não é com a universalidade como tal, mas com uma operação da universalidade que deixa de responder à particularidade cultural e não reformula a si mesma em resposta às condições sociais e culturais que inclui em seu escopo de aplicação... Isso não quer dizer que a universalidade seja violenta por definição. Ela não o é. Mas há condições em que pode exercer a violência. (2015, p.11).

Pode-se dizer que o “ser” sujeito é o eterno exercício de ser, ação de ser algo que se acredita não ser ainda, o vir a ser alguém a partir de uma base comum que ora se estabelece como real, ora como imaginária. Seguindo uma abordagem psicanalítica, Freud introduz seu pensamento baseando-se nos conceitos de consciência e inconsciência e apresenta, por meio deles, uma dimensão subjetiva, interna, pessoal e universal de uma sedimentação social e psíquica de noções como: identidade, gênero, discurso, corpo, sexo, liberdade, tabu etc. Noções que se tornaram a base de modelos para o comportamento humano nas sociedades civis. Os moldes culturais de comportamento formam as identidades que são internalizadas – introjetadas¹⁹ - de maneira ambivalente. Segundo Butler (2017, p. 21) “nesse sentido, o sujeito não pode suprimir a ambivalência que o constitui” e que ora se apresenta como natural, ora como artificial e violenta, e que fundamentam o entendimento de mundo de um sujeito. Butler questiona:

Como é possível que o sujeito, tido como condição e instrumento da ação, seja ao mesmo tempo o efeito da subordinação, entendido como privação da ação? Se a subordinação é a condição de possibilidade da ação, como podemos pensar a ação contraposta às forças da subordinação? (2017, p.14).

Se o indivíduo precisa necessariamente se constituir como sujeito para ter reconhecimento político (Butler 2018), o reconhecimento político priva a liberdade do sujeito de “não ser um sujeito”, tendo isso sido entendido interna e universalmente pelos indivíduos em qualquer dinâmica social, o sujeito percebe que precisa ser (*a priori*) reconhecido para atingir (*a posteriori*) a possibilidade de ter reconhecimento. Isto significa que, é necessário ser para que se possa ter, nesse sentido, é necessário primeiramente ser alguém para assim posteriormente ter o reconhecimento de alguém, contrariando o entendimento de que é necessário ter (reconhecimento) para ser (reconhecido). Nesse sentido, não é apenas necessário ter o corpo, mas é necessário ser o corpo, ou seja, o sujeito antes precisa ser (reconhecido) para necessariamente passar a ter (reconhecimento). Conforme afirmação de Butler:

As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos... Porém, em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. (Butler, 2018, p.15).

¹⁹ Introjeção, de acordo com o prefixo intro (para dentro) e do latim iacere (lançar) - lançar para dentro - é um mecanismo psíquico inconsciente pelo qual o indivíduo incorpora qualidades dos objetos do mundo exterior. Conferir em: <https://febrapsi.org/storage/2017/02/introjecao--ceres-leonor-tavares.pdf>.

Nesse sentido, Freud (1900-1936), quando elabora o conceito de repressão²⁰ (2019, p. 641), possibilita a elucidação dos processos psíquicos dessa internalização do sujeito, que renuncia a sua liberdade individual para exercer uma pseudoliberdade coletiva em sociedade, a fim de obter futuramente reconhecimento político. Com o interesse e a necessidade em estabelecer relações, o sujeito passa a se moldar na medida em que interpreta as “regras do mundo” (leis e convenções), de maneira que, por meio da repressão psíquica e social, vai perdendo cada vez mais sua autonomia individual e fortalecendo cada vez mais a coesão social dos regimes de estado e dos dogmas religiosos (Foucault, 1999, p. 72). É válido ressaltar que, para que o indivíduo possa internalizar as convenções sociais a fim de se tornar um sujeito com possibilidade de reconhecimento político, é necessário que seja realizado um processo de subjetivação²¹, que consiste na ação de subjetivar (ação de internalizar um entendimento ou significado de alguma coisa ou ideia de acordo com valores particulares do sujeito relativos a sua cosmovisão) determinados valores sociais, baseando-se no desejo de construir uma identidade que possibilite a expressão de valores internos subjetivos, ou seja, do próprio sujeito.

No século passado, mais precisamente na primeira metade da década de 1930, Freud procurou compreender como a relação entre as leis e os regimes de Estado com a formação da psique do sujeito era capaz de gerar doenças e transtornos neurológicos que impossibilitavam a convivência socioafetiva entre os indivíduos em sociedade. Além de tentar estabelecer uma relação de reciprocidade, nem sempre harmoniosa, entre a psique do sujeito e as normas jurídicas e sociais de convivência, Freud também se debruçou sobre a questão da liberdade de expressão sexual dos indivíduos a fim de demonstrar que certos modelos de expressão sexual (socialmente aceitos e determinados) são capazes de obter reconhecimento jurídico e político (Butler, 2015, p. 28), em detrimento de modelos de expressão sexual não socialmente aceitos e determinados. “Os determinantes da escolha objetal da mulher são muitas vezes tornados irreconhecíveis pelas circunstâncias sociais.” (Freud, 2010, p. 290).

Enquanto o Estado regular e restringir a liberdade de expressão sexual dos indivíduos, os sujeitos construirão e performarão identidades com o objetivo de ampliar a liberdade de expressão de seus corpos e de seus desejos. No entanto, as identidades que possibilitam a liberdade de expressão dos sujeitos e de seus corpos são identidades construídas e subjetivadas

²⁰ Um destino possível para um impulso instintual é encontrar resistências que buscam torná-lo inoperante. Em determinadas condições, que passaremos a examinar mais detidamente, ele chega ao estado da repressão. Conferir em: A REPRESSÃO - TÍTULO ORIGINAL: “DIE VERDRÄNGUNG”. (FREUD. 1915 p.62.)

²¹ Ação de subjetivar, tornar-se sujeito, construir e identificar subjetividades.

histórica e coletivamente, fazendo com que, por mais que o indivíduo queira se sujeitar a uma identidade exclusiva e singular, ela sempre será marcada por processos históricos e culturais de socialização e de mercantilização. De acordo com a afirmação de Butler (2015, p. 22) “Não há criação de si (*poiesis*) fora de um modo de subjetivação (*assujettissement*) e, portanto, não há criação de si fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir”. Para o indivíduo se subjetivar ele precisará também se sujeitar para então torna-se sujeito perante a sociedade.

A prática da crítica, então, expõe os limites do esquema histórico das coisas, o horizonte epistemológico e ontológico dentro do qual os sujeitos podem surgir. Uma análise crítica da sujeição implica: (1) a descrição da forma como o poder regulador mantém os sujeitos em subordinação ao produzir e explorar a exigência de continuidade, visibilidade e lugar; (2) o reconhecimento de que o sujeito produzido como contínuo, visível e localizado é, no entanto, assombrado por um resto inassimilável, uma melancolia que assinala os limites da subjetivação; (3) uma descrição da iterabilidade do sujeito que mostre como a ação pode consistir em enfrentar e transformar os termos sociais que o geraram. (Butler, 2017, p. 32).

O indivíduo se torna sujeito na medida em que é reconhecido também por outros sujeitos, gerando uma relação de interdependência social e subjetiva (Butler, 2017). Ironicamente, a percepção de um outro que apesar de diferente, constitui a mesma espécie a qual se pertence, leva os indivíduos, contraditoriamente, a estabelecerem regras de sociabilidade que limitam e controlam as relações interpessoais entre eles de forma opressiva. As relações de poder que estabelecem e sustentam a desigualdade, a violência e a opressão dos sujeitos e dos corpos, tornaram-se o modelo ideal de interação e de socialização.

A subjetividade feminina é constantemente estereotipada pelas mais diversas instituições de poder que categorizam e classificam o que vai ou não determinar a sua veracidade objetiva. Ou seja, as mulheres em específico, mas não somente, para se tornarem sujeitos, precisam seguir certos estereótipos culturais de “assujeitamento”, “Essa “sujeição”, ou assujeitamento [*assujettissement*], não é apenas subordinação, mas segurança e manutenção, uma contextualização para o sujeito, uma subjetivação” (Butler, 2019, p. 70) que reforça características estigmatizadas de mulheres, em função de atender às demandas de exploração e opressão do capitalismo, da indústria cultural e do patriarcado que fetichiza e coisifica o corpo generificado e sexualizado. O problema consiste em associar necessariamente o gênero ao sexo, e resumir essa relação em uma identidade, ou seja, uma mulher será feminina por ter uma vagina, um homem será masculino por ter um pênis; para estabilizar essa lógica de comportamento social dos indivíduos, essa identidade deve ser reconhecida e reproduzida por outras pessoas de maneira semelhante e contínua. Conforme afirmação de Butler (2019, p.28):

“Assujeitado pelo gênero, mas também subjetivado por ele, o “eu” não precede nem sucede ao processo de atribuição de gênero, apenas emerge internamente a ele como a matriz das próprias relações de gênero.”

É mediante o conceito de performatividade que Butler apresenta uma dimensão subjetiva (interna ao sujeito) e outra material (relativa ao corpo e a ação prática) para justificar a falsa naturalidade dos gêneros, na medida em que estes, não passam da ação reiterada de uma atuação/imitação (reprodução das normas sociais) que sedimenta e ofusca os processos históricos de construção e determinação conflituosa dos sujeitos, com a narrativa de que o gênero e a identidade se constituem naturalmente no sujeito e possuem uma relação direta. Se os sujeitos são orientados em função de seu gênero a se identificarem de uma determinada maneira, como ele poderá exercer livremente sua sexualidade? A sexualização e a generificação dos indivíduos resulta na limitação de sua liberdade sexual, e estabiliza as noções de sujeito em duas modalidades: normal e anormal. Butler (2018) revela que a falácia da naturalidade dos papéis de gênero, omite intencionalmente os processos históricos de precarização dos sujeitos.

Como efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritualizada, o sexo adquire seu efeito naturalizado e, ainda assim, é também em virtude dessa reiteração que lacunas e fissuras são abertas representando as instabilidades constitutivas de tais construções... (Butler, 2019, p.31)

Para os estudiosos da teoria *Queer*, o que leva o gênero a ser produzido, reproduzido e representado, é a necessidade de identificação e segregação dos indivíduos e seus corpos para o estabelecimento de normas sociais, essa necessidade social produz as identidades. Essa identificação ocorre por meios linguísticos e performativos, isto é, através de categorias discursivas de poder (discursos ideológicos políticos, religiosos e institucionais que fundamentam e reforçam as normas sociais) que determinam previamente o que deve ser entendido por sexualidade e papéis de gênero. Uma sexualidade considerada normal segue as normas, e uma sexualidade anormal foge às normas, o problema consiste no fato de que existe uma limitação sexual dos indivíduos capaz de determinar quem será provido ou não de sexualidade, ou seja, existem sujeitos que são considerados assexualizados, isto é, desprovidos de sexualidade, como por exemplo: crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência. O que acaba reforçando a estereotipização e estigmatização dos sujeitos. Se for considerar aqui, a sexualidade como a linguagem que expressa a integralidade do sujeito e do corpo, ou até mesmo, como a possibilidade existencial dos indivíduos, compreende-se a problemática da impossibilidade teórica e prática de tal discurso.

No entanto, não é somente a dimensão linguística e performativa discursiva que, muitas vezes, confere aos sexos seu caráter supostamente determinante, mas também as relações de poder e os interesses políticos no decorrer da história. Nesse sentido, torna-se fundamental, compreender que a dimensão pré-discursiva do sujeito não deve determinar sua natureza existencial e/ou sexual. A dimensão discursiva que antecede o sujeito e suas ações, (como a língua e as regras sociais pré-estabelecidas conhecidas por normas), é apenas um modelo de representação e de reconhecimento performativo de si e do outro enquanto indivíduos, e uma análise das perspectivas históricas se torna necessária para agir de maneira que se reconfigure esses modelos de representação e de reconhecimento, que possibilite uma forma existencial para os indivíduos que não é fruto da reiteração das normas sociais.

Como é possível que o sujeito seja um tipo de ser ao qual se pode explorar, um ser que, em virtude de sua própria formação, é vulnerável à subjugação? Fadado a buscar o reconhecimento de sua própria existência em categorias, termos e nomes que não criou, o sujeito busca o sinal de sua própria existência fora de si, num discurso que é ao mesmo tempo dominante e indiferente. As categorias sociais significam, ao mesmo tempo, subordinação e existência. Em outras palavras, o preço de existir dentro da sujeição é a subordinação. Precisamente no momento em que a escolha é impossível, o sujeito busca a subordinação como a promessa da existência. (Butler, 2021, p.24)

De acordo com Guacira Lopes, educadora brasileira feminista da teoria, e organizadora de livros publicados no Brasil com diversas autoras, incluindo Judith Butler, afirma: “A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos.” (Lopes, 1997, p. 24). Ora, se o gênero produz a performatividade, e a performatividade produz a identidade, o gênero também produz identidade. Por exemplo, o sujeito nascido de um corpo já pré-determinado pelas normas sociais com um gênero, sofrerá conseqüentemente a mesma pré-determinação sexual que seus antecessores sofreram, podendo ser ele definido como homem ou mulher, esse discurso sobre seu corpo que antecede a sua chegada ao mundo reafirma e reitera as normas sociais (heteronormatividade), tal discurso é novamente reiterado nas relações e pelas instituições de poder, e diante disso, os indivíduos começam a performar masculinidade ou feminilidade de acordo com o discurso que identifica e reconhece o seu corpo, ou seja, se o sujeito é definido (reconhecido) homem, então isso significará que ele possuirá um corpo e uma identidade masculina e performará somente masculinidade, a mesma coisa acontece com a mulher.

O problema consiste no fato de que as identidades construídas sob o falso viés da pré-determinação são condicionadas a se identificarem de uma maneira determinada não por si, mas pelos outros através das normas, além de excluírem outros tipos de identidade e performatividade, como “por exemplo” a transgeneridade e a não binaridade quando estas se

distinguem das socialmente aceitas. É necessário criar possibilidades existenciais para todos os indivíduos, se o sujeito não se reconhece com uma determinada identidade de gênero ele precisará se reconhecer de outra maneira que honre e preserve sua dignidade em todos os aspectos. As teorias feministas e *queer* pretendem ampliar as possibilidades existenciais de todos os sujeitos, principalmente daqueles excluídos e marginalizados em decorrência do fato de não corresponderem às normas sociais, auxiliando, dessa forma, vidas precarizadas (não reconhecidas pelas normas sociais), a fim de diminuir as opressões e as violências históricas como a escravização, a exploração e a alienação em massa das sociedades. Lopes em consonância com o pensamento de Butler afirma:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (Lopes, 1997, p.21).

Para entender como o processo de subjetivação dos indivíduos se constrói em sociedade, é válido compreender a noção do conceito de normatividade, que diz respeito ao exercício de cumprimento de normas sociais e ideológicas, baseado na crença de que esse exercício não é apenas necessário, mas extremamente fecundo. O problema consiste, no fato de que essas normas sociais e ideológicas pretendem reger e estabelecer a forma de tratamento que os sujeitos devem ter uns com os outros. Transparecendo assim, o caráter coercitivo e não natural dos papéis de gênero e da construção das suas identidades e fortalecendo a ideia de que o gênero é capaz de, através dos sujeitos, imprimir no corpo uma identidade específica que desempenha determinadas funções sociais e sexuais e que quando reiterada condiciona o que Butler denomina de performatividade. Conforme afirmação de Butler:

As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos... Porém, em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. (Butler, 2018, p.15).

As normas sociais são estabelecidas com base nas relações de poder que elaboram critérios de regulamentação e reconhecimento dos sujeitos, dando origem ao conceito de heteronormatividade²². Buscando romper com esse conceito, o feminismo reforça, nesse

²² Normas sociais e ideológicas baseada nos padrões da heterossexualidade, que alimentam a discriminação e a violência contra pessoas LGBTQIAP + (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Polisssexuais etc.)

sentido, a importância da atuação política de mulheres e das figuras femininas na sociedade contemporânea como forma de dissolução e modificação dessas normas, ao mesmo tempo que questiona a atuação política delas, ou seja, nesse sentido, a luta feminista não pode ser movida somente em direção ao futuro, mas também em direção ao passado que constitui as bases fundamentais do seu surgimento:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. (Butler, 2018, p.16)

É através da divisão binária e categórica dos sexos que as sociedades civis documentam e registram oficialmente uma “carteira de identidade”. Ao nascerem, os indivíduos precisam realizar, necessariamente um registro civil, caracterizado como documento de identidade oficial, contendo diversas informações relativas ao sujeito como nome, nascimento e nacionalidade, para garantir o acesso a direitos básicos, relacionados à saúde, educação, alimentação e moradia, e sem o qual é impossível conceber, nos Estados modernos, o exercício da cidadania. Sem uma documentação oficial, os indivíduos não podem usufruir de seus direitos básicos por não possuírem reconhecimento jurídico ou político. É por meio de um registro de identidade que os sujeitos são reconhecidos e podem exercer sua cidadania baseada nas normas locais onde vivem. Nesse sentido, muitas pessoas que não possuem documentação de registro civil são invisibilizadas e vivem uma vida vulnerabilizada e precarizada devido à falta de reconhecimento social. De acordo com Butler “Quando as categorias sociais garantem uma existência social reconhecível e duradoura, muitas vezes se prefere aceitá-las, ainda que funcionem a serviço da sujeição, a não ter nenhuma existência social.” (2021, p.23)

Entendendo, portanto, que o sujeito é reconhecido pela apresentação de um documento que revela e apresenta sua data de nascimento, seu nome, e sua nacionalidade, e que é também, este documento que permite o exercício da cidadania para a garantia de direitos e reconhecimento político e social. Fica claro a importância e a necessidade de um documento oficial de identidade; imigrantes, muitas vezes na condição de párias, por exemplo, pessoas sem registro civil e pessoas trans que não atualizaram seus registros, são exemplos de sujeitos que revelam - *per via negationis* - O caráter essencial desse tipo de documentação para a vida em sociedade. Ao mesmo tempo, essas “existências não-documentadas”, revelam também que o reconhecimento social, muitas vezes se baseia no mero documento em si, e não na concretude dos corpos individuais, que ao fim e ao cabo, configuram a existência e a humanidade de

alguém. De maneira resumida, isso significa que os indivíduos existem na medida em que podem ser reconhecidos e legitimados pelas instituições de poder.

O paradoxo temporal do sujeito é de tal natureza que para explicar nosso próprio devir devemos necessariamente perder a perspectiva de sujeito já formado. Esse “devir” não é algo simples ou contínuo, mas uma prática incômoda de repetição e cheia de riscos, obrigatória, mas incompleta, que tremula no horizonte do ser social. (Butler, 2017, p. 33).

Devido a essa característica social, as pessoas se subjetivam para expressarem sua identidade, sua liberdade sexual, seus desejos e seus objetivos. O vir a ser, enquanto sujeito ou o seu devir²³ está sempre ancorado no que se foi no passado - ao longo da história - pois o vir a ser é a possibilidade do que ainda não se é, e a impossibilidade de continuar sendo o que se era. A possibilidade de criar-se e modificar-se constantemente faz parte da “condição humana” de adaptabilidade, sendo fundamental para a sua evolução (não confundir com progresso). É por meio desse entendimento do “vir a ser” do sujeito, que os indivíduos constroem identidades moldam papéis e estabelecem funções sociais que regem os comportamentos individuais e coletivos, e são normalmente baseadas e restritas ao gênero. Apesar da possibilidade de ser o que não se era, o vir a ser, não constitui necessariamente uma novidade, mas apenas uma possibilidade de ser, podendo ser o mesmo ou o não. A possibilidade de ser diferente não produz a necessidade de ser diferente.

O mistério da necessidade e da possibilidade existencial dos sujeitos caracteriza a sua construção subjetiva e reflete as contradições inatas ao processo de subjetivação. Existe um ponto em comum para todos os indivíduos que se tornam sujeitos, sejam eles reconhecidos por outros sujeitos ou não, que consiste na bipolaridade resultante da tentativa constante de equilíbrio entre o necessário e o possível, o real e o imaginário, o verdadeiro e o falso. A dualidade da vida não pode ser separada em polos fixos e distintos dos sexos e dos gêneros, mas apresentada em constante movimento como uma dialética natural entre os opostos e os semelhantes, dependendo do ponto de referência utilizado para caracterizar os seres humanos, eles podem ser considerados iguais ou diferentes, mesmo que a natureza humana seja a mesma. A compreensão objetiva de si e do outro, está diretamente relacionada com a compreensão subjetiva dos sujeitos e das relações entre eles no mundo.

²³ DEVIR ou VIR-A-SER (gr. γίνεσθαι; lat. *Fieri*; in. *Becoming*; fr. *Devenir*, ai. *Werdent*; it. *Diveniré*). 1. O mesmo que mudança (v. MOVIMENTO). Conf. em ABBAGNANO, Nicola, 1901-1990. Dicionário de filosofia, p.279).

10 **CAPÍTULO III: Contando uma história sobre a Materialidade Feminina.**

Por que o materialismo?

*“Tá cansada senta, Se acredita tenta, Se 'tá frio esquenta,
Se 'tá fora entra, Se pediu aguenta, Se pediu aguenta, Se
sujou cai fora, Se dá pé namora, Tá doendo chora, 'Tá
caindo escora, Não 'tá bom melhora, Não 'tá bom
melhora, Se aperta grite, Se 'tá chato agite, Se não tem
credite, Se foi falta apite, Se não é imite, Se é do mato
amanse, Trabalhou descanse, Se tem festa dance, Se 'tá
longe alcance, Use sua chance, Use sua chance, Se 'tá
puto quebre, 'Tá feliz requebre, Se venceu celebre, Se 'tá
velho alquebre, E corra atrás da lebre, Corra atrás da
lebre, Se perdeu procure, Se é seu segure, Se 'tá mal se
cure, Se é verdade jure, Quer saber apure, Quer saber
apure, Se sobrou congele, Se não vai cancele, Se é
inocente apele, Escravo se rebele, Nunca se atropele, Se
escreveu remeta, Engrossou se meta, Quer dever prometa,
Pra moldar derreta, E não se submeta, E não se
submeta...”*

(Música “Do it”; autoria e composição de Lenine)

Dos pré-socráticos aos pensadores contemporâneos, a importância das discussões acerca da materialidade dos fenômenos exteriores e da compreensão dos seus processos de desenvolvimento, configuram uma racionalidade pragmática, pois devido ao seu caráter material, impulsionam o pensamento para aquilo cuja função possa ser compreendida e reproduzida na matéria. Butler (2019, p.61), indaga se: “é necessário recorrer à matéria e à materialidade do sexo para estabelecer essa especificidade irreduzível que, conforme dizem, deveria fundamentar a prática feminista?”.

Para que a luta feminista tenha força no sentido do engajamento político, é necessário recorrer as diversas explicações epistemológicas acerca do ser mulher, e isso inclui o estudo de teorias materialistas, que se fundamentam no corpo e na materialidade das ações e das identidades dos indivíduos. Na contramão do caráter subjetivo, a visão materialista é objetiva, e se baseia nas noções concretas de existência, ou seja, aquilo que é possível ser observado e provado a partir da matéria. O movimento feminista de visão materialista objetiva uma ação transformadora, através da conscientização política e histórica dos processos materiais que valoram as relações sociais e as relações de poder. Conforme citação de bell hooks (2018, p.17):

“Dito de maneira simples, feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. A luta feminista pretende, portanto, romper com as epistemologias colonialistas, imperialistas, mercantilistas, que sustentaram e ainda sustentam teoricamente e materialmente as desigualdades e as violências. Mas para compreender como se constitui a noção material dos sexos/gêneros é importante entender do que se trata essa materialidade. Conforme Butler, 2021:

Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será algo totalmente material desde que a materialidade seja repensada aqui como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não há forma alguma de entender o “gênero” como um constructo cultural imposto sobre a superfície da matéria, seja ela entendida como “o corpo” ou como seu suposto sexo. Ao contrário, uma vez que o “sexo” em si é entendido em sua normatividade, a materialidade do corpo já não pode ser pensada separadamente da materialização dessa norma regulatória. Portanto, o “sexo” é não apenas o que se tem ou uma descrição estática do que se é: será uma das normas pelas quais o “sujeito” pode chegar a ser totalmente viável, o que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural. (Butler, 2021, p.21)

Ou seja, a materialidade dos sexos e dos corpos não pode ser vista independente do seu gênero, a percepção histórica da construção dos gêneros revela que sua materialidade se constitui interna e externamente pelos limites do corpo e da binaridade dos sexos, a primeira de ordem interna e segunda de ordem externa. Um corpo não depende de uma percepção externa para se materializar enquanto corpo, mas para se materializar enquanto sexo/gênero é necessário que seja percebido externamente para que sua dimensão material se apresente, e essa percepção se dá por meio da repetição discursiva das normas, ou seja é necessário nomear para materializar e vice-versa. No entanto a prática discursiva, sobre a dimensão material do sujeito por meio dos gêneros condiciona e limita os indivíduos, quando nomeia e materializa uma determinada existência em detrimento de outra, e cristaliza as condições de nomeação e materialização em uma maneira pré-determinada pelas normas.

De fato, se for possível demonstrar que, em sua história constitutiva, essa materialidade “irredutível” foi construída por meio de uma matriz de gênero problemática, então a prática discursiva pela qual a matéria se torna irredutível ao mesmo tempo ontologiza e fixa a matriz de gênero nesse lugar. (Butler, 2019, p.64).

Seguindo a análise presente neste trabalho, as noções do conceito de performatividade elaborado por Butler, são essenciais para a compreensão dos papéis de gênero e como eles são materializados em um corpo de forma particular e ao mesmo tempo universal. Alguns pensadores afirmam que esse processo de materialização se dá por meio da linguagem, através

dos discursos ideológicos que alienam as pessoas de seus corpos e os produzem e reproduzem massivamente. Outros já argumentam que os aspectos físicos de um corpo é a única fonte capaz de constituir e materializar o gênero. Para Butler os dois argumentos são válidos e realizam juntos de maneira dialética a estratégia de controle dos corpos, pois dessa forma os indivíduos acreditam que os supostos limites de seus corpos se desenvolvem de maneira natural e ocorrem devido a sua caracterização sexual. Resumidamente, o gênero define, limita e fixa a percepção material de um corpo por meio da repetição discursiva das normas que regulamentam as categorias de definição, limitação e fixação. Essas normas sociais normalmente são criadas baseadas nos interesses do patriarcado e do capitalismo.

Mas onde se encontra inserida a materialidade da mulher e do feminino? Em um corpo? Em um sexo/gênero? Em um pensamento? Para o feminismo marxista a dimensão material está inserida na história e na realidade concreta de sua existência política, social e cultural e sexual. Dialeticamente a materialidade do gênero se dá por meio de sua ação e discurso, o corpo desempenha uma ação condicionada pelo gênero e reproduz o discurso que cristaliza esse condicionamento. O processo de generificação que consiste em atribuir um gênero a um corpo e a um sujeito, é capaz de criar papéis que estabelecem as funções sociais e sexuais que os indivíduos vão desempenhar e conseqüentemente suas identidades. Esses papéis escondem os processos de construção histórica dos gêneros e das identidades e aliena os sujeitos de seus corpos, definidos de acordo com a heteronormatividade, além disso, são papéis construídos a partir das noções contraditórias do capitalismo, sexismo, racismo e patriarcado.

E contra aqueles que afirmam que a materialidade irreduzível do corpo é uma pré-condição necessária para a prática feminista, creio que essa tão valorizada materialidade bem poderia estar constituída por meio de exclusão e de degradação do feminino, o que, para o feminismo, é profundamente problemático. (Butler, 2019, p.64)

A ação humana pode ser caracterizada de forma simples como a mobilização de um corpo que age para além dele mesmo o tempo todo, nesse sentido, é por meio do exercício de exterioridade do sujeito e de suas ações que conseqüentemente sua dimensão material é revelada e reconhecida, tornando-se mais tarde uma identidade. A materialidade dos gêneros, portanto, encontra-se inserida nas suas ações. O problema, de acordo com Butler, consiste no fato de que, contraditoriamente, existem práticas discursivas que orientam as ações humanas individuais e coletivas para a discriminação e o sexismo, ao mesmo tempo que buscam romper com essas mesmas práticas. Butler resgata o pensamento de Marx sobre a matéria para elucidar uma nova possibilidade de ação e prática discursiva dentro do movimento feminista.

Tanto no latim quanto no grego, a matéria (materia e hyle) não é nem uma positividade ou referente simples ou bruto, nem uma superfície em branco à espera de significação externa, mas, sempre temporalizada em algum sentido. Isso também é verdadeiro para Marx, quando compreende que a “matéria” é um princípio de transformação que pressupõe e induz a um futuro. (Butler, 2021.p 67).

Tanto no âmbito individual quanto na esfera coletiva a ação é a maior representação material e real de um corpo. Seguindo esse preceito, se a materialidade de um corpo produz sua ação e se sua ação produz transformação, então a materialidade do gênero pode ser observada a partir de suas transformações ao longo dos anos. Para analisarmos, portanto, a categoria das mulheres é importante observar os processos de construção social que levaram um corpo a se reconhecer e a se identificar como mulher ou feminino. A matéria mais segura que sustenta e mobiliza a ação e a transformação da natureza é o corpo humano, mas toda matéria possui necessariamente limites. Com relação a matéria do corpo humano, diversas ciências tentaram definir os limites e as dimensões específicas que caracterizariam um. A primeira limitação e caracterização feita com relação aos corpos dos indivíduos foi a do sexo/gênero, que se baseava nas diferenças binárias e dicotômicas entre feminino e masculino e configuravam uma “pseudouniversalidade” dos corpos. De acordo com Butler, 2019:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. (Butler, 2018, p.35).

Os corpos sempre se apresentaram muito mais diversos que essa divisão binária heteronormativa da sociedade ocidental moderna, no entanto, aqueles que não seguem a lógica sexual dicotômica imposta pelas instituições de poder, que regulam a sexualidade dos indivíduos acabam tornando-se os mais precarizados. Os grupos sociais de indivíduos precarizados sofrem exclusão e vulnerabilização social, além de inúmeras violências verbais, físicas, psicológicas, morais e patrimoniais, devido a uma caracterização de invisibilidade social que lhes é atribuída em função das dinâmicas classistas, racistas e sexistas.

Se uma característica da materialidade são os limites de sua dimensão, e se os limites abarcam e excluem certas dimensões, os corpos que supostamente materializam o gênero também apresentam limites e certas dimensões sexuais, seguindo os padrões da

heteronormatividade. Primeiro, os corpos se dividem em duas categorias distintas feminino e masculino, depois se determina uma dimensão física do indivíduo de acordo com a idade para estabelecer seus papéis e suas funções sociais e sexuais, e na sequência, esses papéis e essas funções são reconhecidos e reforçados nas relações sociais.

As relações começam a sedimentar e perpetuar esse processo de divisão e categorização dos corpos em função de um gênero que atua ora como uma possibilidade de ação ora como impossibilidade (limitação), com o objetivo de controlar os corpos a sua capacidade de produção e reprodução, eis um exemplo que caracteriza essa limitação e esse controle: a mulher desempenha um papel de reprodução e tem a função de gestora do lar e da família (espaço privado por exemplo) e o homem desempenha um papel de produção e uma função de gestor da natureza e da vida social (espaço público). A constante e fixa identificação em massa com esses papéis e essas funções produzem ações que cristalizam e condicionam os comportamentos dos sujeitos dentro e fora das relações.

Mas como, então, a noção de performatividade de gênero se relaciona com essa concepção de materialização? Em primeiro lugar, a performatividade deve ser entendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia. O que espero que fique claro no que se segue é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (Butler, 2019, p.21)

A ação distinta de corpos sexuais divididos de forma binária produz uma ação de contrastes que polariza e cristaliza a expressão de gênero, e a diferenciação/divisão de ações consideradas masculinas e/ou femininas se dá por meio das relações sociais nas dinâmicas sexistas. A materialização do gênero nos corpos também ocorre porque, devido a essa caracterização e separação binária e excludente entre homem e mulher, as identidades se tornam rígidas e limitadas e a possibilidade de ação de um corpo se torna restrita. Pela lógica machista do patriarcado uma mulher é feminina e tem uma vagina e um homem é masculino e tem um pênis e as relações entre os indivíduos são a base de sustentação e de reprodução dessa lógica devido a sua expressividade heteronormativa, as mulheres, nesse sentido, performam necessariamente e exclusivamente feminilidade e os homens performam necessariamente e exclusivamente masculinidade.

Problematizar a matéria dos corpos pode implicar uma perda inicial de certeza epistemológica, mas, ainda assim, perda de certezas não é o mesmo que niilismo político. Pelo contrário, tal perda também pode indicar um desvio significativo e promissor do pensamento político. Essa inquietação da “matéria” pode ser

compreendida como o início de novas possibilidades, novas formas de os corpos adquirirem importância. (Butler, 2021. p.65).

Butler utiliza o exemplo da atuação e manifestação das *Drag Queens*²⁴ como modelo de uma performance que extrapola e desafia a dicotomia genérica entre os sexos e possibilita uma representação sexual distinta das pré-estabelecidas para os sujeitos e seus corpos. A reprodução de uma ação ou comportamento ocorre por meio de um processo de identificação que ocorre nas dinâmicas sociais, essa identificação dos indivíduos uns com os outros produz e reproduz a performatividade, diante disso, a expressividade de uma performance subversiva como a das *Drags* é uma oportunidade de produzir desidentificações com as normas sexistas além de promover novas identificações e, conseqüentemente, novas ações para o pleno exercício da liberdade sexual dos sujeitos.

Apesar de ser possível fugir de uma materialização falsa e forçada de um gênero defendida pelas normas, ainda existem necessidades reais e concretas dos corpos e dos sujeitos que sustentam essa materialidade dos gêneros, são necessidades fisiológicas, emocionais e existenciais, como abrigo, comida, segurança, saúde, mobilidade, respeito, reconhecimento, valorização e direitos. Diante da possibilidade de garantia de sustento dessas necessidades de forma individual e/ou coletiva, que ocorre pelas definições sexuais binárias e pelo reconhecimento público e jurídico delas, o indivíduo opta pela escolha de um gênero como estratégia de sustento de tais necessidades, ao mesmo tempo que se vê refém das necessidades criadas pelo próprio gênero como a definição, a representação, a caracterização e a reprodução constante do sexo “escolhido”.

A mulher identificada e definida pela lógica materialista da divisão sexual dos corpos, possui necessidades fisiológicas e biológicas diferentes dos homens devido à natureza de sua constituição hormonal. A menstruação e a gestação que ocorrem no corpo tido como feminino, necessitam de recursos materiais que garantam e preservem a saúde, a segurança, a dignidade e a autonomia da mulher/corpo que se encontra submetida em tais condições. Hoje em dia existem diversas tecnologias e ciências médicas voltadas especificamente para o atendimento dessas demandas “femininas”, a ginecologia e a obstetrícia são alguns exemplos, mas algumas

²⁴ Uma *DRAG QUEEN* é uma espécie de persona, criada por uma pessoa que se veste de uma maneira dramática, com um toque de exagero, muitas vezes exibindo características femininas... Por meio de suas performances ousadas e muitas vezes subversivas, a cultura drag desafia estereótipos de beleza e de comportamento promovendo uma visão mais ampla e inclusiva do que é a sociedade: <https://www.terra.com.br/nos/dragqueen-entenda-o-que-e-e-se-conceito-esta-ligado-a-questoes-de-genero,eddf26378d17510e272268af3128d0571x82nat8.html>.

demandas são criadas pela indústria cultural²⁵ que enseja a reprodução massiva dos gêneros, a exemplo do sutiã e da maquiagem, que se apresentam falsamente como necessários aos corpos femininos, principalmente, quando na verdade não são, e às vezes até com promessas de proteção e segurança.

Por exemplo: um seio considerado feminino não pode ser exposto publicamente, (a menos que esteja amamentado e com algumas restrições) como um seio considerado masculino, apesar de sermos todos mamíferos, refletindo dessa forma, a diferença de tratamento e de liberdade e autonomia dos corpos de homens e mulheres. Mas outras necessidades são mais profundas e atingem o corpo e o indivíduo em um nível psicoemocional e existencial, a preservação da dignidade corporal e sexual de mulheres é extremamente urgente na sociedade atual, e a criação de políticas públicas que promovam a segurança e o respeito à dignidade de corpos femininos ainda ocorre paradoxalmente através da separação e da definição dos corpos e dos sujeitos em dois sexos distintos.

A legalização ou criminalização do aborto, a criminalização da violência sexual e obstétrica, a distribuição pública e gratuita de absorventes, a criação de programas de assistência à mulher e à mãe solo, são alguns exemplos concretos de reivindicações políticas levantadas por mulheres e pelas discussões de gênero, que se encontram inseridas no contexto do sistema político, legislativo e social; e que revelam e denunciam o processo constante de dominação e controle dos corpos que acabam sendo reiteradamente vulnerabilizados e precarizados pelas instituições de poder do Estado. Essas e outras discussões estão sendo muitas vezes mobilizadas pelo movimento feminista, que promovem ações em favor do corpo da mulher e da preservação de sua saúde física, emocional, psicológica, sexual, dentre outras. Os órgãos jurídicos e as instituições públicas dependem contraditoriamente dessa definição sexual, e mesmo que exista uma dimensão do gênero capaz de violentar o próprio corpo e o próprio sujeito como, por exemplo, performar sistematicamente feminilidade de acordo com os padrões da heteronormatividade, a dimensão material do gênero que protege e assegura direitos aos corpos e aos sujeitos é ainda mais urgente. Ou seja, as ações humanas são capazes de reproduzir pequenas violências a fim de se protegerem de violências maiores. Como se submeter ao

²⁵ O Termo indústria cultural (em alemão: *Kulturindustrie*) foi criado pelos filósofos e sociólogos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), apresentado no capítulo "A indústria cultural: iluminação como engano em massa", do livro *Dialética do Esclarecimento* (1944), em que propuseram que a cultura popular é semelhante a uma fábrica que produz bens culturais padronizados — filmes, programas de rádio, revistas etc. — usados para manipular a passiva sociedade de massas : “A unidade evidente do macrocosmo e do microcosmo demonstra para os homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular”. HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. *Dialética do esclarecimento*. 2006. p. 57.

reconhecimento de um gênero determinado para ter acesso a direitos básicos que preservem minimamente a dignidade humana.

Apesar de Butler apresentar a possibilidade prática e teórica de um corpo/sujeito ser reconhecido e desfrutar de direitos sem precisar se identificar com um gênero específico, a materialidade dos corpos e a visualização de sua realidade histórica depende dessa categorização e dessa separação feita através da diferença sexual sob o preceito de uma suposta naturalidade biológica.

Em tal reformulação da materialidade dos corpos, os seguintes sentidos estão em jogo: (1) a reformulação da matéria dos corpos como o efeito de uma dinâmica de poder, de modo que a matéria dos corpos seja indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e a significação desses efeitos materiais; (2) a compreensão da performatividade não como o ato em que um sujeito traz à existência o que nomeia, mas como esse poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que regula e impõe; (3) a construção do “sexo” não mais como um dado corporal sobre o qual a construção de gênero é artificialmente imposta, mas como uma norma cultural que rege a materialização dos corpos; (4) uma reconsideração do processo pelo qual um sujeito assume, se apropria, adota uma norma corporal não como algo a que, estritamente falando, ele se submete, mas como uma etapa pela qual o sujeito, o “eu” falante, é formado em virtude de ter passado por esse processo de assumir um sexo; e (5) uma ligação entre esse processo de “assumir” um sexo com a questão da identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual permite certas identificações sexuadas e forclui ou nega outras identificações. Desse modo, essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos” ... (Butler, 2021, p.22)

O sexismo, o patriarcado, o machismo e a misoginia são exemplos práticos e materiais da violência de gênero e da desigualdade sexual criadas por essa matriz excludente que forma constantemente os sujeitos. O capitalismo através dos seus ideais mercantis e atrelado a indústria cultural explora e coisifica os seres humanos, objetificando e sexualizando os seus corpos, principalmente o de mulheres (mas não somente). Isso reforça a dominação e fetichização do corpo feminino, que acaba perdendo seu valor imanente e transcendental, tornando-se mera mercadoria para uso e consumo de outrem, a prostituição e a pornográfica são exemplos práticos disso, o corpo e o sujeito feminino são explorados e utilizados como mercadoria sob o viés de que é uma forma de trabalho “possível” para todos. A exposição de corpos pela indústria cria padrões estereotipados que reforçam estigmas sociais de pessoas precarizadas, o que favorece a sua exploração, além de normalizar e naturalizar violências como o machismo, o sexismo, a misoginia, a homofobia, a transfobia, a discriminação e o racismo. Conforme afirmação de Butler:

O ponto é mostrar que a condição incontestável do “sexo” dentro da dicotomia heterossexual assegura o funcionamento de certas ordens simbólicas e que sua

contestação coloca em questão onde e como os limites da inteligibilidade simbólica estão estabelecidos. (2021, p.41).

A apropriação dos corpos dos sujeitos pela indústria cultural possibilita a criação e a padronização das funções e dos papéis sexuais dos indivíduos. Esses papéis são atrelados ao gênero e reforçados sistematicamente pela performatividade midiática, que estereotipa os corpos e produz identificação massiva dos indivíduos. A identificação em massa com essa performatividade, que define e segrega os papéis e as funções que determinado gênero vai ou pode desempenhar, reforça o falso caráter natural dos sexos e generaliza ostensivamente a exploração sexual dos corpos. Nesse sentido, o patriarcado enquanto modelo simbólico começa a representar os ideais econômicos e políticos universais, a dominação masculina é reiterada nas relações sociais, e a desigualdade sexual é mantida e estabilizada para beneficiar os homens em detrimento das mulheres (com algumas intersecções de raça, classe e aparência).

Diante dessa problemática, Butler defende a alteridade²⁶ como uma saída saudável possível, pois produz a capacidade dos indivíduos de se relacionarem saudavelmente uns com os outros. A percepção de um outro indivíduo, corpo ou sujeito semelhante e diferente de si ao mesmo tempo, desperta um grau de curiosidade que pode se transformar em medo ou em sensibilidade, o medo leva o indivíduo a desenvolver práticas comportamentais e discursivas de ódio e violência, estigmatizando, estereotipando e segregando os indivíduos e seus corpos, mas a alteridade leva o indivíduo a desenvolver a sensibilidade, preservando e respeitando os indivíduos e suas diferenças. É expandindo os horizontes da liberdade de expressão sexual dos corpos, e valorizando as diferenças constitutivas dos sujeitos, que se reconhece o caráter humano dos indivíduos e das relações sociais. A noção de si para si é diferente da noção de si para o outro e vice-versa, mas é através das noções de si e de outro (que todos compartilham de maneira particular) que as relações são construídas e cultivadas, ampliar essas noções ajuda também a ampliar a capacidade de relacionamento entre os sujeitos e seus corpos.

somos despossuídos de nós mesmos em virtude de alguma forma de contato com outro, em virtude de sermos movidos e mesmo surpreendidos pelo encontro com a alteridade. Tal experiência não é simplesmente episódica, mas pode e revela uma base da relacionalidade – não apenas nos movemos, mas somos movidos por aquilo que está fora de nós, por outros, mas também por algo “fora” que reside em nós. (Butler, 2015, p.168)

²⁶ Alteridade: Na filosofia: situação, estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença [relegada ao plano de realidade não essencial pela metafísica antiga, a alteridade adquire centralidade e relevância ontológica na filosofia moderna (*hegelianismo*) e esp. na contemporânea (*pós-estruturalismo*)]. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>.

Quando os indivíduos não se encontram imbuídos de preconceito e predeterminações sobre os sujeitos, as possibilidades de se relacionarem se ampliam para além dos regimes e das normas segregadoras e opressoras. As diferenças humanas inerentes aos indivíduos fazem parte de todo o processo de desenvolvimento identitário, sejam diferenças linguísticas ou fisiológicas, cada ponto de semelhança e diferença entre os sujeitos pode vir a ser um marcador de identidade. Por meio das relações sociais os sujeitos podem reconhecer, excluir e identificar uns aos outros, mas somente através de uma relação saudável e respeitosa os sujeitos são capazes de revelar seguramente suas diferenças constitutivas, aprender a lidar com o que aparenta ser diferente sem medo, é possível se os indivíduos cultivarem a sensibilidade de uma percepção complacente com o outro. Saber reconhecer o outro em sua dimensão integral apesar das divergências, dignifica e eleva os sujeitos a intercambiarem conhecimentos e humaniza as relações.

Butler reconhece a lei e o sistema jurídico como insuficiente na harmonização das diferenças sociais, além disso, o sistema que visa garantir a justiça social ainda é responsável por muita injustiça, devido ao seu caráter elitista e segregacionista. As mulheres que são alvos de uma suposta “proteção” do Estado ainda são violentadas sob o mesmo viés. É importante que exista em algum nível, uma convivência social harmônica intrínseca ao próprio sujeito, a exemplo da alteridade, para que não seja preciso recorrer somente as regras jurídicas de legislação para estabelecer uma relação saudável e segura de uns para com os outros. Ela também sugere uma valorização da vida que não seja baseada nos valores de mercado do sistema capitalista, (sistema que permite e possibilita a execução de algumas vidas para que outras sejam mantidas e preservadas a fim de manter um suposto *status quo*) uma valorização humana verdadeiramente sensível às vulnerabilidades e às precariedades alheias, pois todos os seres humanos encontram-se em situação de vulnerabilidade e precariedade em algum grau, com a diferença de que alguns encontram-se bem mais precarizados e vulnerabilizados que outros. Portanto desenvolver um caráter solidário de convivência social e ajuda prática com as vítimas da desigualdade, é essencial para preservar a existência e a dignidade de todos os indivíduos sem exceção.

11 **CAPÍTULO IV: Contando uma história sobre uma história.**

Que história é essa?

Mas parece que, sem refletir no que sou, vou ultrapassando há bastante tempo todos os limites. Por conseguinte, se tagarelei demais e com demasiada ousadia, lembrai-vos de que sou mulher e sou a Loucura. Ao mesmo tempo, porém, não vos esqueçais deste antigo provérbio dos gregos: Muitas vezes, também o homem louco fala judiciosamente. E não ser que pretendais que, nesse provérbio, não estejam incluídas as mulheres, pois eu disse homem e não mulher.

(ROTTERDAM, Elogio à loucura, 1466, p. 69).

Partindo do pressuposto de que a narrativa que sustenta os supostos processos de evolução humana natural é falsa, poderemos compreender os processos de construção que sustentam e orientam essa falsa naturalidade, conforme afirmação de Louro (2000, p.05) professora brasileira e educadora feminista que realizou diversos trabalhos acadêmicos e científicos ao lado de Butler: “Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos “naturalmente”. Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído.” A história “enquanto área científica do conhecimento” é capaz de nos oferecer inúmeras provas materiais e imateriais desse caráter construído que dirigiu a formação das sociedades civis e das narrativas modernas e contemporâneas. Já as histórias orais, são registros de memórias criadas após uma vivência ou experiência específica, de uma pessoa ou várias, que por meio da linguagem transformam-se em narrativas discursivas coerentes (mas não necessariamente), com início meio e fim. As histórias contadas em forma de narrativa são capazes de produzirem inúmeras identificações, representações, visualizações, imaginações, compreensões e percepções, que sustentam discursos, culturas, ideologias, comunidades, famílias e sociedades/instituições.

Com relação a história das mulheres especificamente, existem várias narrativas e discursos, coerentes ou não, que se interessam em explicar a origem delas, ou a gênese constitutiva de seu ser. Seja a disciplina científica ou a mensagem transmitida verbalmente, as histórias de e das mulheres possuem várias vertentes, algumas narram que as mulheres eram

mães e santas capazes de criar e curar vidas, outras narram que elas eram bruxas e pecadoras com propensão natural para a malignidade e a perversidade. Existem também as histórias que omitem a existência feminina e suas criações, mas o ponto em comum entre elas é que todas essas histórias são argumentos narrativos que orientam o imaginário dos indivíduos e criam percepções que mais tarde transformam-se em discursos sobre elas capazes de produzir representações simbólicas e identitárias. Quando existe uma identificação existe também um reconhecimento, e para existir um reconhecimento é necessário conhecer; é somente quando nos identificamos com um outro ser humano que podemos conhecê-lo, e é somente quando nos desidentificamos de nós mesmos que podemos reconhecer o outro.

A capacidade do sujeito de reconhecer e tornar-se reconhecido é gerada por um discurso normativo cuja temporalidade não é a mesma da perspectiva de primeira pessoa. Essa temporalidade do discurso desorienta nossa própria perspectiva. Portanto, segue-se que só podemos reconhecer e ser reconhecidos sob a condição de sermos desorientados por algo que não somos, sob a condição de experimentarmos uma descentralização e “fracassar” na tentativa de alcançar nossa identidade pessoal. (Butler, 2015, p.52).

As representações identitárias imaginárias que mais tarde podem ajudar a produzir identidades, faz parte de uma modalidade indispensável da linguagem, a capacidade comunicativa dos seres vivos é fundamental para a convivência em grupo e a língua utilizada em uma sociedade para estabelecer a comunicação entre os indivíduos constitui a representação identitária mais importante para a subjetividade de um coletivo. Apesar de os seres humanos possuírem a habilidade comunicativa de narrar e discursar, é necessário que a língua utilizada seja amplamente compreendida para que se possa compreender então o pensamento ou a ideia que pretende ser comunicada; duas pessoas que falam em línguas diferentes podem até se comunicarem, mas a compreensão fica debilitada em razão de não falarem a mesma língua.

As línguas nativas de povos originários no Brasil possuem diferenças e variações linguísticas infinitas, além de uma gramática própria. Os Karajás, que correspondem a um povoado indígena localizado na região sudoeste do estado do Tocantins, possuem a tradição de dividir as palavras e as pronúncias que serão e podem ser utilizadas por mulheres e por homens, separando os gêneros pelas palavras e pela gramática da língua, fazendo com que mulheres se comuniquem de uma forma diferente da dos homens²⁷ e vice-versa. Nesse sentido é possível observar uma divisão dicotômica dos gêneros inserida também na gramática de uma determinada língua utilizada por uma específica comunidade indígena. A linguagem de acordo

²⁷ Tese de mestrado de Mônica Veloso Borges, intitulada “As falas feminina e masculina no Karajá” Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-126.PDF>.

com Butler é performativa, e para performar ela precisa de representações simbólicas que caracterizem as palavras femininas e/ou masculinas, para ela o gênero se torna um problema na medida em que é capaz de formular características de existência que excluem as variantes de vida que não correspondem a essas características.

Ora, é preciso entender o drama do Simbólico, do desejo, da instituição da diferença sexual, como uma economia significativa autônoma que detém o poder de demarcar e excluir o que pode e o que não pode ser pensado nos termos da inteligibilidade cultural. (Butler, 2018, p.109).

As divisões genéricas que ocorrem entre os indivíduos, sejam elas subjetivas e/ou materiais, como, por exemplo: objetos e coisas que são feitas “especificamente” para mulheres e para homens, de caráter feminino ou masculino, e as divisões sexuais imaginárias e ideológicas como as cores por exemplo (azul seria uma cor considerada “masculina” portanto deve ser usada por homens, o rosa seria uma cor considerada “feminina” e deve ser usada por mulheres), nem sempre violam a dignidade humana, e muitas vezes permitem a expressão de uma característica representativa importante para a construção identitária de um determinado grupo ou povo. No entanto, quais são as consequências dessas divisões sexuais sociais para os sujeitos? Butler afirma que o “eu” se constrói a partir dessa introjeção das normas e das condições sociais, e não se separa dela, apesar de ser capaz de se perceber fora delas, ou seja, o “eu” encontra-se necessariamente sempre dividido:

No entanto, se o próprio processo de formação do sujeito exige uma apropriação antecipada da sexualidade, uma proibição fundadora que proíbe determinado desejo, mas se torna alvo do desejo, então o sujeito se forma através da proibição da sexualidade, uma proibição que, ao mesmo tempo, forma essa sexualidade e o sujeito que a assume... Nesse sentido, a “identidade sexual” é uma produtiva contradição em termos, pois a identidade se forma graças à proibição de alguma dimensão da própria sexualidade que a identidade assume, e a sexualidade, quando ligada à identidade, está sempre, de algum modo, solapando a si própria. (Butler, 2015, p. 110).

Desta forma, até que ponto o sujeito é refém das condições sociais e materiais que permeiam sua existência, seja no sentido simbólico/psicológico ou no sentido concreto/material? Será possível se desvincular dessas condições e transformá-las? Para as feministas contemporâneas a exemplo de Butler, sim é possível, mas ao longo de muitos anos e com muita luta, dificilmente uma geração só consegue realizar este feito de transformação das condições sociais e materiais de um determinado grupo social; o problema se revela quando as classes, raças e gêneros sociais afetados aumentam significativamente e progressivamente nas mais diversas localidades do mundo.

Ao se analisar a história constitutiva de alguns indivíduos, Butler observa que enquanto por um lado existem os sujeitos que estão imunes aos “desastres do sistema global” como: fome, doenças, ebulição global e etc; existem os sujeitos que são sempre vítimas desses desastres, diante dessa problemática surge o seguinte questionamento: como se configura e se estabelece a noção de “eu” desses sujeitos que são constantemente precarizados, o que a vulnerabilidade humana pode nos revelar? Butler continua seguindo sua perspectiva de análise crítica até chegar na percepção de que esses sujeitos são reiteradamente desumanizados, em razão de qualquer condição que seja, para que as violências que precarizam esses mesmos sujeitos sejam mantidas e estratificadas²⁸.

Quanto mais se domina uma prática, mais plenamente se alcança a sujeição. A submissão e o domínio ocorrem simultaneamente, e essa simultaneidade paradoxal constitui a ambivalência da sujeição... Nessa perspectiva, nem a submissão nem o domínio são *performados pelo sujeito*; a simultaneidade vivida da submissão como domínio, e do domínio como submissão, é a condição de possibilidade para o surgimento do sujeito. Aqui, o problema conceitual é enfatizado pelo problema gramatical de que não pode haver sujeito anterior à submissão, e ainda existe uma “necessidade de saber” *quem* sofre essa submissão para se tornar sujeito. (Butler, 2015, p.125, grifo do autor).

Mesmo que as sociedades se constituam necessariamente a partir de uma divisão de classificação de todas as áreas da vida e do comportamento, essas categorias de classificação como por exemplo: raça, gênero e classe, possuem uma dinâmica de interdependência sistemática que fundamenta a sua existência, essa dinâmica pode ser atribuída de diversos modos, nem todos eles são violentos, e nem todos eles causam dor e mal estar nos indivíduos, no entanto Butler ao perceber essa violência constitutiva das classificações sociais, sexuais, políticas e culturais, direciona a teoria crítica feminista para uma percepção crítica da violência que diversos grupos sociais sofrem incluindo as mulheres e pessoas racializadas e generificas, a fim de demonstrar que essa discussão acerca do gênero pode restaurar as concepções de ser humano baseada na plena e integral valorização da vida, uma concepção de ser humano que esteja completamente desvinculada da opressão e da dominação de outro ser humano. Refletindo sobre: como viver sem violência seguindo as mesmas regras de convivência que estabelece e naturaliza essa violência?

²⁸ ESTRATIFICADA: verbo transitivo; Dispor ou colocar em camadas sobrepostas ou em estratos. "estratificada", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008 2024, <https://dicionario.priberam.org/estratificada>.

A teoria *queer* feminista utiliza o conceito de gênero como uma estratégia argumentativa possível capaz de abarcar todos os seres humanos em um certo sentido, mobilizando não somente sujeitos considerados mulheres ou femininos, mas homens e crianças por exemplo. As análises sociais feitas sob diferentes óticas relevarão muito provavelmente diferentes resultados, porém, muitas vezes as diferentes perspectivas referentes a uma mesma coisa são capazes de alargar o entendimento de um determinado conceito ou objeto.

Butler observa a relação entre alguns indivíduos através de diversos conceitos que direcionam diferentes olhares para os seres humanos, conceitos como: gênero, poder, violência, identidade etc. A fim de compreender como os indivíduos se constituem enquanto sujeitos e se organizam socialmente e como traçar estratégias de convivência por meio dos valores da alteridade. O interesse em combater as desigualdades materiais, raciais, sexuais, econômicas, e políticas só aparece quando existe um discurso capaz de esclarecer essas desigualdades e como elas se projetaram em determinadas circunstâncias, é diante da real necessidade humana de se relacionar que a capacidade teórico-prática de se preocupar com os outros pode ser afluída reiteradamente e sistematicamente pelos discursos filosófico-feministas.

Se for de fato verdade que somos, por assim dizer, divididos, infundados ou incoerentes desde o princípio, será impossível encontrar fundamentos para uma noção de responsabilidade pessoal ou social? Argumentarei o contrário, mostrando como uma teoria da formação do sujeito, que reconhece os limites do conhecimento de si, pode sustentar uma concepção da ética e, na verdade, da responsabilidade. Se o sujeito é opaco para si mesmo, não totalmente translúcido e conhecível para si mesmo, ele não está autorizado a fazer o que quer ou a ignorar suas obrigações para com os outros. Se somos formados no contexto de relações que para nós se tornam parcialmente irrecuperáveis, então essa opacidade parece estar embutida na nossa formação e é consequência da nossa condição de seres formados em relações de dependência. (BUTLER, 2015, p.25).

Pode-se observar através de algumas estatísticas científicas e abordagens teóricas, que a violência muitas vezes se apresenta diante de um gênero específico, uma raça específica, uma cultura específica, uma identidade específica e uma classe social específica. Entretanto a realidade concreta é marcada por imprevisibilidades e interseccionalidades diversas, e a violência muitas vezes se reinventa para atingir ambos os “lados da moeda”²⁹, portanto, não existe uma via de regra para a ação com violência e nem uma maneira exclusiva de se combater tais ações. Identificar grupos mais vulneráveis e suscetíveis a violência é extremamente necessário para que se possa criar estratégias de apoio e combate a essas violências. O

²⁹ Expressão utilizada para se referir aos dois lados de uma mesma coisa, como por exemplo a moeda possuir um lado conhecido como “cara” e um outro lado conhecido como “coroa” que compõem um único objeto. No contexto social a violência atinge todos os lados.

identitarismo surge na urgência de uma representatividade que muitas vezes é revelada através de grupos considerados minoritários que lutam pelo reconhecimento e atendimento de suas demandas. Algumas identidades estão cheias de referências representativas enquanto para outras identidades existe uma ausência dessas referências. É diante de uma realidade precária que esses grupos se organizam por meio de pautas identitárias que localizam e especificam suas histórias e suas realidades materiais e existências.

É analisando o contexto de violências que Butler começa a perceber grupos que são mais vulnerabilizados que outros, evidenciando como alguns indivíduos podem ser mais passíveis de sofrerem violências e discriminações em sua trajetória de vida, em razão de uma identidade, performatividade, representatividade que foge aos padrões normativos, denotando uma existência de resistência às regras convencionais e que devido a isso, lhes é atribuído a condição de “não ser” e, conseqüentemente, a condição de não possuidor de direitos. A construção de uma identidade que represente as necessidades de tais grupos de indivíduos é fundamental para combater e diminuir as violências, ao mesmo tempo que a dor e o sofrimento são expostos a resistência também se apresenta, e na resistência existem muitas histórias que preservam uma possibilidade existencial sem violência. Os grupos minoritários que normalmente são mais vulneráveis e alvos da precarização do estado sabem que é não somente possível, mas necessário viver sem ter que recorrer a violência como alternativa viável para resolução de problemas sociais sejam individuais ou coletivos.

O corpo precisa ser demarcado? A identidade precisa ser demarcada? Até que ponto essas demarcações favorecem as relações sociais e a luta coletiva e até que ponto prejudicam? Além dessas questões, Butler indaga sobre a possibilidade existencial de uma alteridade que não seja identitária, e levanta o problema de se apegar a uma identidade que aprisiona, generaliza e violenta o sujeito. As teorias científicas modernas hegemônicas que caracterizam e classificam os indivíduos em categorias de diferenciação maniqueístas ou dualistas, reduzem as categorias a uma binaridade excludente além de perpetuarem as identificações que subjetivam e materializam a opressão, a dominação e a violência por meio de identidades dicotômicas.

Será que o gênero pode ser superado? será possível interagir com a sexualidade sem o gênero e sem uma identidade? Por que as mulheres precisam primeiro chegar à categoria de mulheres para somente depois pensarem em superar essa categoria? essas perguntas do feminismo *queer* butleriano direcionam o sujeito para uma nova possibilidade crítica existencial, para Butler o feminismo não deve ser uma identidade, mas uma mobilização de

ação social solidaria comprometida com diversas desigualdades e injustiças sociais de raça classe e gênero. mas a autora afirma:

Se o “eu” não está de acordo com as normas morais, isso quer dizer apenas que o sujeito deve deliberar sobre essas normas, e que parte da deliberação vai ocasionar uma compreensão crítica de sua gênese social e de seu significado. Nesse sentido, a deliberação ética está intimamente ligada à operação da crítica. E a crítica comprova que não pode seguir adiante sem considerar como se dá a existência do sujeito deliberante e como ele pode de fato viver ou se apropriar de um conjunto de normas. (Butler, 2015, p.13).

A visão crítica da história e do conjunto de normas que fundamentam a sociedade, se torna muito mais rica quando se estabelece contato com outras pessoas e outras experiências advindas de vivências distintas. A diferença espaço-temporal existente entre duas ou mais pessoas pode se tornar um recurso essencial na compreensão das transformações sociais e mundiais. A relação com a história dos ancestrais é capaz de revelar os enigmas existenciais que surgem diante de uma realidade precária e violenta, o caminho da vida para o futuro só acontece por meio da vivência do passado, o presente é a síntese entre duas temporalidades distintas, mas complementares à história das civilizações. O conjunto de experiências coletivas compartilhadas de maneira segura e harmoniosa podem inaugurar infinitas imaginações e transformações e ampliar a capacidade de imaginar- ações e transformar- ações.

Uma maneira quase universal de interação com o outro, de produzir identificação ou desidentificação, é a contação de uma história. As histórias contadas são relatos narrativos capazes de explicar, detalhar, ensinar, criar, questionar e tudo mais que é possível no universo da linguagem, assim como também podem omitir, excluir, segregar, ofuscar, enganar, disfarçar dentre outros. Normalmente são relatos que foram passadas de geração a geração e, ao longo dos anos, construíram registros simbólicos que se materializaram e se subjetivaram em identidades; elas possuem o efeito de expressar qualquer ideia ou imaginação e metafisicamente materializá-las na exterioridade através da capacidade da memória. Muitas vezes quando as histórias são reiteradas e reproduzidas de forma massiva podem acabar se transformando em discursos, os discursos diferentemente das histórias, estão diretamente e necessariamente relacionadas a práticas e atitudes humanas. Normalmente as histórias se relacionam no tempo e no espaço com o ouvinte e o narrador simultaneamente e expressam desejos, pensamentos e vulnerabilidades particulares e coletivas que podem aproximar ou distanciar os indivíduos. É através da interação com o outro e a percepção de contrastes entre suas identidades, que os seres humanos são capazes de se reconhecerem enquanto sujeitos. Contando ou ouvindo uma história os indivíduos podem compreender quem são, como são e porque são.

Em certo sentido, submeto-me a uma norma de reconhecimento quando te ofereço reconhecimento, ou seja, o “eu” não oferece o reconhecimento por conta própria. Na verdade, parece que o “eu” está sujeito à norma no momento em que faz a oferta, de modo que se torna instrumento da ação daquela norma. Assim, o “eu” parece invariavelmente usado pela norma na medida em que tenta usá-la. Embora eu pense que estivesse tendo uma relação com o “tu”, descobro que estou presa em uma luta com as normas. (BUTLER, 2015, p.32).

No entanto, quando as normas são subjetivadas e materializadas nos indivíduos, tornando-se uma identidade representada por meio do corpo de um sujeito, e são reiteradas durante anos ultrapassando gerações, criam memórias estabilizadas que cristalizam o indivíduo em uma representação e uma significação muito restrita e limitada de si mesmo. De acordo com bell hooks filósofa negra estadunidense e pensadora feminista na área da educação, em seu livro intitulado : *Tudo sobre o Amor*: afirma que : “A masculinidade patriarcal exige que meninos e homens não só se vejam como mais poderosos e superiores às mulheres, mas que façam o que for preciso para manter sua posição de controle”, um exemplo de como a lógica sexista é violenta e agressiva com os sujeitos, além disso, em sua obra intitulada *Ensinando a transgredir*, na qual a autora resgata o pensamento revolucionário do patrono da educação brasileira Paulo Freire, ela afirma: “Reconhecendo a subjetividade e os limites da identidade, rompemos essa objetificação tão necessária numa cultura de dominação”.

As histórias que guardam esses vestígios de memória podem confinar o sujeito em uma suposta estabilidade social natural que ofusca e omite as possibilidades de liberdade, se foram narradas por meio de discursos capitalistas e patriarcais. Porém, quando essas histórias são narradas por meio de discursos contra hegemônicos, elas possuem o poder de revelar evidências de existências não convencionais que resistem a uma lógica dicotômica de opressão e dominação, e ampliam a percepção de vida e liberdade sexual, política, identitária, cultural e linguística dos indivíduos. Os indivíduos por meio de suas histórias são capazes de construir memórias de quem são e como são, narrar e criar suas diferenças e suas semelhanças, todavia, quando a individualidade começa a ser representada enquanto identidade e condiciona a relação entre os sujeitos que se estabelece nas sociedades, os indivíduos começam a ter identificações e passam a reproduzir essas identificações nas relações que se distanciam cada vez mais. É importante haver uma desidentificação desses valores ideológicos individualistas como o capitalismo, machismo, racismo, sexismo, dentre outros. Mas para que haja a superação dos valores mercadológicos presentes nas relações da sociedade contemporânea, é importante resgatar uma tradição de relação baseada nos valores humanos de alteridade, respeito, ética, dignidade, liberdade etc.

O mundo se reconfigura a todo momento, e os seres humanos tentam se adaptar a tudo, traçando estratégias de sobrevivência, de relacionamento com o mundo e com o outro, e maneiras de manter o monopólio de poder sobre a natureza e sobre os outros. É urgente, que sejam superados os ideais econômicos capitalistas e as ideologias que semeiam a desigualdade, é preciso cultivar também uma interação socioemocional acerca das vulnerabilidades humanas, uma sensibilidade de ser ver ativo em frente a qualquer situação de indignidade humana e solidário ao próximo diante de circunstâncias semelhantes. Para adotar uma postura não violenta é essencial adotar uma postura radical contra o individualismo. Para Butler:

Ao fazer a pergunta ética “Como devo tratar o outro?”, prendo-me imediatamente em um campo de normatividade social, uma vez que o outro só aparece para mim, só funciona para mim como outro, se há um quadro de referência dentro do qual eu posso vê-lo e apreendê-lo em sua separabilidade e exterioridade. Desse modo, ainda que eu pense na relação ética como diádica ou pré-social, fico presa na esfera da normatividade e na problemática do poder quando coloco a questão ética em sua objetividade e simplicidade: “Como devo tratar-te?”. Se o “eu” e o “tu” devem existir previamente, e se é necessário um quadro normativo para esse surgimento, então a função das normas não é só direcionar minha conduta, mas também condicionar o possível surgimento de um encontro entre mim mesmo e o outro. (BUTLER, 2015, p.31).

As normas se apresentam como gestoras e organizadoras “naturais” da sociedade e dos indivíduos, com o argumento de que os seres humanos não possuem uma pré-disposição inata para a boa convivência uns com os outros e, portanto, precisam de regras e normas que determinem a postura e o comportamento adequado para se estabelecer relações. Todavia, Butler sugere um pensamento oposto, no sentido de que nada que não esteja na natureza se constrói naturalmente, questionando o sentido da palavra e seus significados representativos, e argumentando em favor de uma habilidade natural ou não para a alteridade que o ser humano pode desenvolver sem precisar recorrer as normas. Mesmo que o argumento da autora possa parecer idealista demais com relação a realidade factual, toda matéria carrega em sua gênese ontológica uma ideia.

Caminhando nesse sentido, será possível estabelecer relações sem o intermédio de um sistema organizacional prévio? Através de uma perspectiva quase anarquista, mas Butler argumenta que é praticamente inviável o sujeito se constituir sem normas já que precisa delas para coexistir socialmente. A “solução” proposta pela autora é interrogar criticamente as normas desconstruindo um sistema de crenças que condicionam os sujeitos e perpetua a manutenção de uma lógica desigual, portanto, vale questionar que tipo de discurso narrativo os indivíduos estão ouvindo e que tipo de discurso narrativo estão produzindo e/ou reproduzindo?

Algumas histórias relatam sucessivos processos de desumanização, e outras apresentam resistências e caminhos de combate a esses processos.

Enquanto a indagação filosófica quase sempre centra a questão do que constitui a “identidade pessoal” nas características internas da pessoa, naquilo que estabeleceria sua continuidade ou autoidentidade no decorrer do tempo, a questão aqui seria: em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o autoidêntico da pessoa? Em que medida é a “identidade” um status ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? (Butler, 2018, p.34).

Resgatar uma ancestralidade de resistência a tais normas regulatórias é uma estratégia capaz de empoderar e emancipar o sujeito. A memória dos sujeitos que guardam vestígios materiais e subjetivos de diversos espaços-tempos, é revelada pelas histórias narradas de uns para os outros. As histórias demarcam um território particular que ao ser compartilhado se tornam um lugar comum para os outros, a narrativa começa a se construir coletivamente e discursivamente alimentando o imaginário dos indivíduos para ações. É através de uma narrativa linguística-imaginária que as histórias “discursivas” se apresentam carregadas de subjetividades e materialidades que se intercambiam dentro dos sujeitos construindo representações simbólicas diversas. O poder da linguagem e do corpo podem determinar juntos o poder de ação, seja uma ação prática ou teórica, sempre existe uma história que pode ser contada através dela. Toda história carrega uma narrativa de transformação, e toda transformação pressupõe uma ação, seguindo essa linha de raciocínio, fica claro que toda história carrega e relata uma ação. As histórias são capazes de explicar uma determinada ação enquanto os discursos orientam ações, as histórias são mais particulares enquanto os discursos mais universais, como se as histórias possuíssem uma dimensão e um poder menor de influenciar em comparação aos discursos, mas ambas se relacionam complementarmente e dialeticamente.

Compartilhando histórias, os indivíduos podem transformar a realidade evidenciando resistências e vivências distintas, carregadas de valores de mundo advindas de experiências particulares e universais, coletivas e individuais. Uma história narrativa em forma de discurso é determinada pelo gênero ou é usada para determinar o próprio conceito? Para finalizar a reflexão argumentativa do pensamento feminista contemporâneo de Judith Butler, em paralelo com a célebre indagação *shakespeariana*: “*Ser ou não ser, eis a questão*”, reformulando para o seguinte questionamento: “*Ser ou não ser mulher, eis a questão*”. Será que o ser humano é capaz de escolher o que se é? E será que o ser humano é capaz de determinar a dimensão da

liberdade sexual, cultural, social, política etc., daquilo que é? Provavelmente em alguma história...

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a mulher começa a se construir subjetivamente e materialmente enquanto “mulher” (corpo sujeito dotado de sexualidade e supostamente de feminilidade, mas não necessariamente), a memória histórica de sua construção é marcada por opressões e violências que infligem a dignidade de seus corpos, de sua individualidade, de sua exterioridade etc. O feminismo é uma luta construída historicamente como estratégia de combate a essas violências e opressões sofridas por mulheres devido a uma falsa predeterminação biológica de que elas devem ser femininas sob a ótica do patriarcado e da heteronormatividade. A luta feminista engaja os indivíduos a se respeitarem mutuamente e a construir relações mais igualitárias entre si e uns com os outros. O patriarcado junto com o capitalismo são estratégias vigentes que exercem poder diante dos corpos dos sujeitos que são alimentadas pelo próprio sujeito. Os ideais das normas sociais que regem o comportamento dos indivíduos se apresentam como anteriores a formação subjetiva das identidades, e se disfarçam como naturais em seu processo de construção, quando na verdade elas são produzidas e reproduzidas pelos sistemas políticos e econômicos das sociedades civis.

Apesar dos processos de secularização que ocorreram no Ocidente no início da modernidade, em razão de sua lógica instrumental, as mulheres e pessoas racializadas ainda continuavam sendo subjugadas, e com suas liberdades (política, sexual, cultural e existencial) restritas. A racionalidade e o cientificismo começaram a orientar os indivíduos no lugar das antigas doutrinas religiosas que regiam o comportamento humano, todavia, a dominação e a exploração de determinados sujeitos continuavam presentes nas relações em função de uma razão instrumental. Observando o desenvolvimento das teorias feministas com o passar dos anos, é possível notar que a luta das mulheres foi essencial para a criação de novas políticas públicas que ampliaram o reconhecimento de pessoas excluídas da vida social.

Os homens representaram durante muito tempo o ideal de quase todo papel social de liderança, e as mulheres eram relacionadas únicas e exclusivamente ao trabalho doméstico. Essas distinções eram reproduzidas discursivamente como naturais e não como construídas pelo tempo através de ideologias que regiam o comportamento social dos indivíduos. Enquanto os

homens eram considerados seres melhores que as mulheres separados “biologicamente” por um órgão sexual que determinava sua suposta superioridade, as mulheres se mobilizavam de maneira individual e coletiva para combaterem a violência e a desigualdade sexual que as inferiorizavam socialmente e sexualmente. Em consequência da luta das mulheres e do movimento feminista, a existência delas continua engajada na conquista por direitos e pela igualdade civil entre todos os seres humanos, independente de gênero. O feminismo ampliou as discussões em torno dos interesses coletivos e particulares dos indivíduos em diversos níveis, atendendo e atualizando especialmente as demandas de mulheres e pessoas sexualizadas pela cultura e sociedade.

É inegável a importância do pensamento filosófico na atualidade e as suas demais áreas do conhecimento. O feminismo representa um campo vasto de conhecimento que foi o alvo da presente pesquisa, e diante de inúmeras questões filosóficas que o feminismo apresenta acerca do ser mulher no mundo, a teoria *queer* elaborada por Judith Butler pode se tornar uma alternativa viável de respostas a essas questões. As teorias que buscam compreender o conceito de gênero no seu sentido político e que se encontram inseridas na atualidade estão ampliando cada vez mais a possibilidade de novas atuações na esfera social pública, e ampliando a dimensão política de reconhecimento de vidas consideradas vulnerabilizadas e marginalizadas.

Entretanto, por mais que alguns avanços tenham ocorrido nas sociedades civis com relação aos direitos das mulheres, como o direito ao voto, a pílula anticoncepcional, o direito ao aborto (em determinadas localidades com determinadas restrições), a igualdade salarial entre homens e mulheres, dentre outras. Ainda existem inúmeras conquistas a serem feitas em favor das mulheres, a diferença sexual existente entre os indivíduos é apenas uma problemática atual que o feminismo busca resolver diante de tantas outras, o processo histórico de luta política, cultural e social das mulheres é apenas um reflexo de sua resistência diante da condição sexual que lhes foi atribuída pelo patriarcado e a materialidade dessa resistência feminina pode ser notada através da história de sua existência. A ação humana se insere em todos os aspectos da vida na terra, seja em função da época, da cultura, do clima, da política ou da ética, pois a ação humana é a principal estratégia de transformação social. Nesse sentido, é possível notar como as mobilizações de diversos grupos sociais são exemplos dessa estratégia, na tentativa de reduzir as desigualdades existentes, alterar o status quo, e ampliar o acesso dos indivíduos precarizados a políticas públicas que atendam suas demandas coletivamente de maneira efetiva.

A luta por direitos e pelo pleno exercício da liberdade política, cultural e sexual dos corpos se tornou o principal interesse defendido pela teoria *queer*, as agendas acadêmicas e parlamentares adotaram as ideias da teoria, a fim de ampliarem as discussões que possibilitam

a criação de novas políticas públicas. É necessário que todas as demais categorias da sociedade, que não possuem relação de identificação com a heteronormatividade, tenham suas demandas e necessidades atendidas em todos os aspectos da vida pública e privada. Com interesse em construir relações mais igualitárias entre homens e mulheres e diminuir a dicotomia polarizada existente entre os sexos, as práticas feministas objetivaram o reconhecimento político de sujeitos precarizados, a garantia e preservação da dignidade física, material, moral, social, existencial, emocional de mulheres diante dos padrões da heteronormatividade.

Neste trabalho, infere-se, portanto, que os estudos e discussões de gênero na contemporaneidade, revelam o caráter necessário das discussões engajadas pelo feminismo enquanto estratégia de emancipação e engajamento político e sexual das mulheres e de pessoas precarizadas. Conclui-se que, a partir de uma pesquisa bibliográfica de autoras feministas contemporâneas - Judith Butler, Ângela Davis, bell hooks, no que se refere a este trabalho especificamente - as discussões que envolvem o conceito de gênero são fundamentais para a emancipação e o reconhecimento político dos indivíduos, além de ampliar o entendimento do processo histórico de construção dos papéis sexuais e das funções sociais que constituem as identidades dos sujeitos. Possibilitando e ampliando a conscientização e o combate ao sexismo e a violência de gênero.

13 REFERÊNCIAS

Livros

ABBAGNANO, Nicola, *Dicionário de filosofia*. Trad. A. Bossi. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DAVIS, Ângela, *A liberdade é uma luta constante*. Trad. H. R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. M. da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Trad. S. Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica*. – 1ª. Ed. Reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BUTLER, Judith P. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Trad. R. Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. (Org). *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Trad. V. Daminelli e D. Y. Françoli. São Paulo. N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Os sentidos do sujeito*. Coordenação de tradução C. Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade*. Trad. R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith P. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Trad. R. Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Vigiar e punir: nascimento da prisão*; Trad. de Raquel Ramallete. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade. Vol. 1: A vontade de saber*. Trad. M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. São Paulo: Graal, 1999.

FREUD, Sigmund. *Obras completas, volume 4: A interpretação dos sonhos (1900)*. Trad. P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. *Obras completas, volume 2: estudos sobre a histeria (1893-1895)*. Trad. L. Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund, 1856-1939. *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* / Sigmund Freud; Trad. Paulo César de Souza — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Trad. P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* Trad. M. Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. A. L. Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. tradução Stephanie Borges. São Paulo: Efeante, 2021.

LAQUEER, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. V. Whately. - Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes: *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. T. T. da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica; EDUFOP, 2013.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Trad. Marta Avancini / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

ROTTERDAM, Erasmo. *Elogio da Loucura*. Trad. P. M. Oliveira. São Paulo: Atena Editora, s.d. Ebook.

Artigos

SILVA, T. T. Identidade e diferença: impertinências. *Educação & Sociedade*, ano 23, n. 79, p. 65-66, ago. 2002.

MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. Norma, gênero e representatividade: um estudo a partir do pensamento de Judith Butler. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.3, 2º quadrimestre de 2015. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

Butler e a desconstrução do gênero Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. BUTLER, Judith P. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. p.236.

Mariana Pimentel Fischer Docente do departamento de direito da UFPE: Ler Judith Butler: sujeito, desidentificação, performatividade Reading Judith Butler: subject, desidentification, performativity.

Patrícia Porchat 1 PERIÓDICUS ISSN: 2358-0844 n. 3, v. 1 mai.-out. 2015 p. 37-51. Um corpo para Judith Butler.

Profª. Dra. Carla Rodrigues PPGF/UFRJ e Faperj: Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil Beyond the genre: notes on the reception of Butler's work in Brazil www.epublicacoes.uerj.br/index.php/emconstrucao DOI: 10.12957/emconstrucao.2019.40523.

Judith Butler fala aos Cadernos de Gênero e Tecnologia / Esta entrevista é uma tradução da versão publicada originalmente em espanhol na Revista de Filosofia da universidade da Costa Rica. Foi realizada pelo professor Camilo Retana durante a visita de Judith Butler à Costa Rica em abril de 2015. A versão em espanhol pode ser acessada no seguinte endereço:<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/filosofia/article/view/28370>.

Performatividade, precariedade e método. Uma conversa com Judith Butler <http://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>.

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5592322> Revista de Linguística e Teoria Literária • ISSN 2176-6800 Via Litterae [ISSN 2176-6800] • Anápolis • v. 13, n. 1 • p. 96-111 • jan./jun. 2021 <http://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/> A crítica de Judith Butler ao sujeito fundacional do feminismo e seus desdobramentos para uma teoria literária feminista Judith Butler's critique of feminism's foundational subject and its ramifications for a feminist literary theory Jade Bueno Arbo*, Eduardo Marks de Marques* *Universidade Federal de Pelotas (UFPEl).

e-ISSN:2317-2150 Revista de Ciências Jurídicas DOI: 10.5020/2317-2150.2017.v22n1p301 De Hannah Arendt a Judith Butler: em busca da humanidade perdida nas fronteiras do estado-nação *Hannah Arendt of Judith Butler: in search of the lost humanity border state nation* Maiquel Angelo Dezordi Wermuth*Joice Graciele Nielsson**.

Sara Vidal Maia saravmaia@ua.pt Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, Portugal: De Foucault a Butler: identidade(s), performatividade e normatividade de gênero.

Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero” Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ., Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun. 2017. ISSN: 1413-2060 DOI: 10.30715/rbpe. v19.n1.2017.10819 51 FEMINISMO, IDENTIDADE E GÊNERO EM JUDITH BUTLER: APONTAMENTOS A PARTIR DE “PROBLEMAS DE GÊNERO” *FEMINISM, IDENTITY AND GENDER IN JUDITH BUTLER: NOTES FROM “GENDER TROUBLE”* Flávio Henrique FIRMINO 1 Patrícia PORCHAT 2.

APÊNDICE

APÊNDICE – A: RESUMO UTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO DE ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA USP.

ANA LUÍSA WOHLHAUPTER MOURA MASCARENHAS DOS SANTOS (UFT).

A PERSPECTIVA FEMINISTA DE BELL HOOKS NA PRÁTICA EDUCATIVA.

Financiamento: CAPES.

Orientação: Paulo Sergio Gomes Soares.

E-mail: analulumoura@hotmail.com.

Resumo: O presente trabalho busca apresentar a perspectiva político-feminista de bell hooks na emancipação do sujeito e a sua relação com a “práxis freiriana” no contexto educacional brasileiro. Objetivando-se explicitar o caráter político e hermenêutico que envolvem e constituem as práticas educativas e feministas, e como ambas se relacionam com a ideologia libertadora de Paulo Freire, para tanto, utilizaremos como base teórica e epistemológica o livro “Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade” de bell hooks. Nesse sentido, pretende-se discutir as relações conceituais que envolvem uma prática educativa sob a ótica feminista, e o caráter político e filosófico intrínsecos a ela.

Palavras-chave: Educacional; Emancipação; Feminista; Libertadora; Prática.